

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAIARA SOARES NOGUEIRA

**O REFLEXO DA POLÍTICA INTERNACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA TEORIA
CONSTRUTIVISTA SEGUNDO ALEXANDER WENDT**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

MAIARA SOARES NOGUEIRA

**O REFLEXO DA POLÍTICA INTERNACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA TEORIA
CONSTRUTIVISTA SEGUNDO ALEXANDER WENDT**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais na Universidade Federal do
Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^a. Dra. Nathaly Silva
Xavier Schütz.

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

MAIARA SOARES NOGUEIRA

**O REFLEXO DA POLÍTICA INTERNACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA TEORIA
CONSTRUTIVISTA SEGUNDO ALEXANDER WENDT**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais na Universidade Federal do
Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^a. Dra. Nathaly Silva
Xavier Schütz.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Prof^a Dra. Nathaly Silva Xavier Schütz (Orientadora)
Relações Internacionais - UNIPAMPA

Prof. Dr. Flávio Lira (Membro da Banca)
Relações internacionais - UNIPAMPA

Prof^a. Dra. Anna Carletti (Membro da Banca)
Relações internacionais - UNIPAMPA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

N778r Nogueira , Maiara Soares

O REFLEXO DA POLÍTICA INTERNACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA
TEORIA CONSTRUTIVISTA SEGUNDO ALEXANDER WENDT / Maiara
Soares Nogueira .

81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
2019.

"Orientação: Nathaly Silva Xavier Schütz".

1. Teoria Construtivista. 2. Alexander Wendt. 3.
Guerra Fria. 4. Pós-Guerra Fria. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por ter me possibilitado iniciar e finalizar a graduação. Por ter me proporcionado tantas experiências e me dado diversas oportunidades de crescimento pessoal e profissional nesses quatro anos. Também, agradeço especialmente à minha família, minha mãe, meu pai e meu irmão, que sempre trabalharam muito para que eu pudesse viver todas essas oportunidades que vivi em Santana do Livramento. Agradeço também o amor, a paciência, a compreensão, o carinho e o suporte que sempre me deram e eu sei que sempre irão me dar. Agradeço pelos abraços de longe e pelos confortos nas madrugadas difíceis quando a saudade e o medo batiam. Eu só consegui alcançar essa etapa porque eu tive vocês três que sempre me sustentaram como a base sólida que são. Agradeço também à Tixa que sempre se fez presente e que sempre soube como me confortar, a vovó Lucia que sempre me auxiliou nas aventuras culinárias mesmo estando a dois mil quilômetros e a todos os familiares que torceram por mim e me ajudaram nessa caminhada.

Agradeço a todos os meus amigos de Araçatuba, em especial a Tati, a Sthe, a Ju, a Poi, a Debs e a Fer, que sempre me incentivaram a seguir meus sonhos e tentaram, de alguma maneira, diminuir meus medos e inseguranças. Que sempre estiveram ao meu lado, mesmo por inúmeras e longas ligações de saudade. Eu agradeço a vocês por terem dividido esse caminho comigo. Ainda, agradeço à família que Deus me deu em Livramento. Agradeço à dona Dina por ter me acolhido como uma filha desde meus primeiros dias em uma cidade completamente desconhecida onde eu começaria a construir minha vida. Agradeço à Júlia por ser meu porto seguro. Agradeço por todo o amor, a atenção, paciência, e cuidado que você teve comigo nesses quatro anos e por ter feito desta trajetória mais leve e feliz. Agradeço a Paty também, por todas as loucuras, sejam relacionadas a viagens aleatórias, conversas viajadas ou até rolês um tanto quanto estranhos que terminavam na blue house.

Agradeço ao “grupo dos 11”/grupo de fubetol por todas as risadas, as junções e por todo carinho e suporte que vocês sempre me deram. Agradeço especialmente ao Maurício e à Julia que me ensinaram muito desde o começo da graduação e da vivência fora de casa. Vocês foram muito importantes para o meu amadurecimento. Quero agradecer especialmente à Malu e a Fer que foram minhas parceiras de orientação no TCC e compartilharam comigo as angústias, os medos, e as ansiedades desse encerramento. Agradeço especialmente, também, a Ananda que compartilhou comigo intensamente a reta final deste trabalho. Agradeço por todo choro, por todas as danças, as músicas cantadas, os cafés e os energéticos contigo, isso certamente não será esquecido. Ainda, Agradeço a Camilla que sempre me ouviu, me entendeu e me acolheu em abraços quando eu precisei.

Agradeço aos meus veteranos maravilhosos que me acolheram desde que cheguei em Livramento e me deram todo o apoio e auxílio com o início da graduação. Agradeço especialmente ao Rogério que sempre me animou e me fez ver alegria nos momentos de tensão. Agradeço também a Lurian que além de me acolher em sua vida, sempre teve muita paciência, empatia e me ajudou muito em todos os momentos que eu precisei, inclusive no presente trabalho. Te agradeço por todas as risadas, os choros e as crises existenciais.

Agradeço especialmente ao bolinho e a esses pedacinhos de bolo que me completaram nesse ano, Fer, Kellen, Kennya, Yasmin e Sofia. Eu agradeço cada uma especialmente por me ensinarem coisas únicas. Agradeço a Fer que sempre me surpreende e me alegra com suas aventuras e me inspira com sua força. Agradeço a Kellen pela energia boa que ela emana e que nunca mediu esforços para me ajudar quando precisei, eu sou extremamente grata por todos os abraços. Agradeço também a Kennya por todos os puxões de orelha, por todas as conversas profundas e necessárias e por toda paz que me passou nos meus momentos de crise. Agradeço a Yasmin por me inspirar e seguir meus sonhos e aceitar as aventuras que a vida me propõe. Finalizando esse grupo maravilhoso e cheio de pessoas incríveis, eu agradeço a Sofia. Agradeço a ti por todos os cafés da manhã seguidos de conversas inspiradoras e um tanto desesperadas sobre a vida e o TCC. Agradeço por ter me apoiado nas minhas decisões e indecisões desse ano. Agradeço por ter me acolhido na sua família. Agradeço por todos os mijos e vinhos do porto que, com certeza, foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Por fim, te agradeço por ter me ensinado a olhar a vida com um olhar mais pisciano e leve.

Por fim, agradeço as gurias (eh as guria) que me receberam de braços abertos em seu grupo. Agradeço a Bia e a Nat por toda energia boa compartilhada e por cada almoço seguido de risadas e conversas extremamente necessárias sobre a vida. Agradeço especialmente a Cibelle por ter sido uma pessoa fundamental no meu ano e que não me deixa dúvidas que irei levar para a vida. Agradeço a ti por ter me inspirado com tanta força. Agradeço também a Esther e a Mica que aguentaram e compartilharam todas as minhas crises e sempre me fizeram rir e melhoraram meu dia sempre que nos encontramos. Agradeço a Gabi que nunca me deixou esquecer que sou maravilhosa e que sempre me chocava com suas histórias dos seus relacionamentos.

Agradeço também aos guris. Ao João Pedro que sempre me fez rir nos almoços e me abraçou todas as vezes que eu precisei de um conforto. Agradeço também ao Luiz, que não é aluno de RI e isso me choca até hoje. Obrigada amigo por sempre se declarar nos rolês falando que não gostava de mim antes, mas que depois que me conheceu virei uma guriuzinha que tu gosta. Ainda, agradeço a todos os amigos que passaram pela minha vida e

contribuíram, de alguma forma, com quem sou hoje e auxiliaram para que eu chegasse aonde eu estou.

Por fim, agradeço aos meus professores e a todos os servidores da Universidade Federal do Pampa *campus* Santana do Livramento por todo o acolhimento, auxílio e compreensão que sempre tiveram comigo nesses quatro anos. Em especial, agradeço a minha orientadora, a professora Nathaly Silva Xavier Schütz pela orientação e por toda a paciência. Ainda, agradeço aos governos brasileiros comprometidos com a educação pública gratuita e de qualidade que investiram nas universidades e me proporcionaram a oportunidade de me graduar em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

RESUMO

O Sistema Internacional do final da Segunda Guerra Mundial foi marcado por um novo conflito, a Guerra Fria. Esse conflito não se deu por um embate armado direto entre a superpotência capitalista, os Estados Unidos, e a superpotência soviética, a União Soviética, foi um conflito que se deu no âmbito das ideologias, no acúmulo de poderio militar e na esfera das influências. Ainda, o presente trabalho aborda o surgimento das Relações Internacionais como departamento de estudo e de desenvolvimento teórico acerca do Sistema Internacional. Também, é dada uma atenção especial para o contexto de fim da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria pois o surgimento da teoria construtivista se dá neste período. Além de uma explanação da teoria construtivista geral, ainda é feita uma leitura da teoria estruturada por Alexander Wendt, ressaltando as principais conceituações que o autor faz acerca da corrente teórica. Por fim, o trabalho visa identificar os reflexos do Sistema Internacional imerso na Guerra Fria para a elaboração da teoria construtivista segundo Alexander Wendt.

Palavras-chave: Guerra Fria, pós-Guerra Fria, Teoria Construtivista, Alexander Wendt.

ABSTRACT

The International System of the end of World War II was marked by a new conflict, the Cold War. This conflict was not a direct armed clash between the capitalist superpower, the United States, and the Soviet superpower, the Soviet Union, but it was a conflict that took place within the framework of ideologies, the accumulation of military might, and the sphere of influence. Also, the present work addresses the emergence of International Relations as a department of study and theoretical development about the International System. Also, special attention is given to the end context of the Cold War and the post Cold War to the emergence of Constructivist Theory, which occurs in this period. In addition to an explanation of the general Constructivist Theory, a reading of the theory structured by Alexander Wendt is also made, highlighting the main conceptualizations that the author makes about the theoretical current. Finally, this work identifies the reflexes of the Cold War in International System for the elaboration of the Constructivist Theory according to Alexander Wendt.

Keywords: Cold War, post Cold War, constructivist theory, Alexander Wendt.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA – Estados Unidos da América

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ONU – Organização das Nações Unidas

SI – Sistema Internacional

RI – Relações Internacionais

OIs – Organizações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. GUERRA FRIA.....	15
1.1 Contextualização histórica.....	15
1.2 Dinâmica da ordem internacional no pós-Guerra Fria.....	33
2. TEORIA CONSTRUTIVISTA	40
2.1 Visão geral do construtivismo	40
2.2 Construtivismo segundo Alexander Wendt	50
3. DA POLÍTICA PRÁTICA À CONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

O estudo das Relações Internacionais, desde sua estruturação, é baseado e formado por teorias que fundamentam métodos e visões diferentes de se analisar o Sistema Internacional e as interações existentes segundo o momento histórico e o interesse da escola em questão. Ou seja, dependendo do contexto internacional e da ideologia na ótica do teórico, uma visão nova surge, ora para criticar uma teoria existente, ora para tentar explicar uma fração de como as relações entre os atores internacionais se dão (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Sustentando-se nisto, é possível e necessário entender o contexto em que se encontrava o globo do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, dando uma atenção especial para o contexto de fim da Guerra Fria e pós-Guerra Fria. Feito isso, poderemos compreender como a instabilidade política, o fim da bipolaridade do Sistema Internacional e a alteração da dinâmica e da ordem mundial vigente até então influenciou sobre a teoria construtivista e sobre o teórico Alexander Wendt e o modo como este formulou e apresentou tal teoria para as Relações Internacionais.

Durante parte da década de 1940 até o início dos anos 1990 o Sistema Internacional e as relações entre os atores internacionais se baseavam na estrutura bipolar de poder, Estados Unidos da América de um lado e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas de outro. Tal bipolarização era não só em âmbito geográfico, mas também em âmbito ideológico político, militar e na academia, uma vez que o departamento de Relações Internacionais também enfrentava a dualidade nos debates teóricos. Ainda, alguns autores, como Fred Halliday por exemplo, retratam o conflito como um "conflito intersistêmico" pois aconteceu entre duas sociedades distintas e o dividem em dois períodos (HALLIDAY, 1999).

A Guerra Fria chegou a ser considerada uma Terceira Guerra Mundial, para alguns autores como Hobsbawm (1995), devido a suas proporções. O conflito se iniciou devido às tensões políticas e ideológicas entre a potência capitalista ocidental e a potência socialista oriental, mas logo se tornou um conflito geral devido as zonas de influência e a criação dos dois blocos (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Inúmeros conflitos pontuais diretos aconteceram durante a Guerra Fria. Em vários momentos, o tensionamento entre os EUA e a URSS esfriaram e em outros se acirraram ainda mais, mas o medo de um conflito nuclear nunca deixou de existir (HOBSBAWM, 1995). Apesar do receio da aniquilação mundial, o conflito se encerrou em 1991, com o fim da URSS, mas sem nenhum confronto direto entre as duas hegemonias.

Acerca do construtivismo, a teoria surgiu e se fortaleceu sobre tal conjuntura internacional utilizando-se desta para estruturar seus pilares básicos, os quais defendem, em

resumo, a possibilidade de alteração da dinâmica do Sistema Internacional baseando-se nas relações e na interação entre os atores. Ainda, a teoria dá uma atenção especial para o fenômeno da construção social, uma vez que a mesma defende que tanto os agentes internacionais quanto a estrutura sistêmica que representa o Sistema Internacional, são construídos pelas relações internacionais ao mesmo tempo que as constroem. Esses conceitos e fenômenos serão melhor abordados e analisados, não só da perspectiva do construtivismo geral e com o olhar de vários autores, mas também com o enfoque wendtiano a partir de algumas obras básicas como, “Anarchy is What States Makes of It, the social construction of power politics”, Wendt (1992), “Constructing International Politics”, Wendt (1995) e “Social Theory of International Politics”, Wendt (1999) entre outras.

Dessa forma, a pesquisa em questão tem como centro a teoria construtivista usando como determinação temporal as atividades políticas que marcaram o Sistema Internacional durante o período do pós-Guerra Fria. Dito isso, o trabalho se propõe a identificar quais reflexos o contexto político internacional dos anos 1990, marcado pelo fim da Guerra Fria e da bipolaridade, teve na estruturação da teoria construtivista escrita pelo Alexander Wendt. Tal assunto é de extrema importância para as Relações Internacionais como departamento acadêmico e instrumento para analisar a interação entre os agentes internacionais uma vez que as RI se baseiam em teorias que fundamentam as diversas versões e óticas usadas para estudar o Sistema Internacional. Tais teorias são criadas em períodos históricos diferentes e por interesses diversos de acordo com as necessidades, interpretações do estudioso, de determinado grupo ou instituição.

Fundamentando-se nesse relevante papel que as teorias tem para o desenvolvimento das Relações Internacionais, e entendendo a necessidade de compreensão plena de cada teoria para uma melhor análise e explicação das interações políticas e do próprio Sistema Internacional e da dinâmica sob a qual o mesmo funciona, é de extrema relevância os temas abordados. Quanto maiores e mais aprofundadas as releituras dos acontecimentos históricos, principalmente os conflitos mundiais, e o detalhamento no estudo das construções teóricas, em especial, as que buscam explicar o funcionamento das dinâmicas interestatais através de instrumentos e análises agregadas, como é o caso da teoria construtivista, maior é a contribuição para um melhor desenvolvimento acadêmico e para a construção de um Sistema mais pacífico e justo.

Ainda, é notória que a postura do autor construtivista Alexander Wendt defende a flexibilidade estrutural do Sistema Internacional tendo como base a alteração de identidade estatal e mudança nos interesses dos atores internacionais. Partindo disto, é aceito que o

Sistema Internacional, apresentando em termos gerais, se molda a partir das relações entre seus atores. Também, é possível afirmar que a década de 1990 foi marcada por uma grande instabilidade política no cenário internacional. Tal instabilidade é reforçada e manifestada pelas mudanças tanto nas relações de poder quanto nas interações interestatais causadas pela alteração da ordem política internacional resultante do fim da Guerra Fria. Somando tal leitura e conhecimento acerca do construtivismo com os acontecimentos provenientes das décadas de 1980 e 1990 é possível afirmar que a teoria formulada no período em questão carrega em si fortes traços do contexto político internacional, inclusive em seus pilares básicos de sustentação.

Para alcançar seu fim último, a pesquisa em questão se utilizou de uma metodologia baseada em uma abordagem qualitativa sustentada a partir do método hipotético dedutivo seguido por um procedimento histórico-descritivo e documental. Partindo da necessidade de uma releitura política para que o problema proposto seja contextualizado, a pesquisa aborda desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o pós-Guerra Fria e, ainda, faz uma contextualização da teoria construtivista de forma geral e focalizada. Por fim, para a melhor explanação e alcance dos objetivos propostos, a pesquisa se dará a partir de uma pesquisa bibliográfica com fontes secundárias, como artigos científicos e livros. Ainda, o trabalho se utiliza do enfoque de vários autores e, também, da teoria construtivista segundo a visão de Wendt. Por fim, o trabalho busca demonstrar os reflexos das alterações nas interações e na política internacional na construção teórica de Alexander Wendt.

Assim, o trabalho se divide em três partes, no primeiro capítulo será feita uma contextualização histórica acerca do fim da Segunda Guerra Mundial e do Sistema Político Internacional após o conflito. Ainda, é apresentado todo o processo e as interações feitas pelos atores mais poderosos do Sistema Internacional após o conflito até o início da Guerra Fria. Seguindo na parte histórica, a pesquisa em questão vai fazer uma contextualização do que foi a Guerra Fria e os impactos da mesma no Sistema. Depois de abordada as interações Estatais, e as várias fases do conflito, será apontado também como o Sistema Internacional se reestruturou depois do fim desse conflito e como as relações entre os Estados se deram.

No segundo capítulo, iniciando a abordagem sobre a teoria construtivista, será abordado desde a criação do departamento de Relações Internacionais como disciplina acadêmica até a leitura da teoria construtivista elaborada pelo autor Alexander Wendt. Acerca do desdobramento, o capítulo iniciará com a explicação do surgimento das RI como departamento acadêmico, como foi abordado anteriormente. Será apresentado também os debates teóricos que existiram na história das Relações Internacionais até o último que

resultou na elaboração do construtivismo. Assim, será apresentada a teoria construtivista, seus conceitos e os fenômenos que a mesma estuda. Após a apresentação da teoria e dos vários autores que complementam esta, será apresentado o construtivismo pela ótica wenditiana.

Por fim, depois de toda a contextualização histórica e teórica, serão recapitulados os pontos mais importantes da Guerra Fria e das relações políticas internacionais assim como do construtivismo no último capítulo. Depois dessa recapitulação, serão apontados os reflexos da Guerra Fria na elaboração teórica de Wendt relacionando a teoria e a política prática.

1. GUERRA FRIA

1.1. Contextualização histórica

A Guerra Fria, por ser uma nova forma de conflito, pode ser explicada de muitas maneiras e analisada por várias óticas. Apesar das diferentes visões possíveis para a análise do conflito, é, simplista e equivocada uma análise que não compreenda o mesmo como um período histórico e de caráter sistêmico (BALARDIM, 2016). Acerca da visão histórica, é nitidamente englobado toda a ação militar e o embate político. Já, sobre a visão sistêmica, ou “intersistêmica”, trazida por vários autores como Fred Halliday, por exemplo, o conflito analisado se dá em âmbito ideológico.

Devido a amplitude do evento, outros autores fazem divisões temporais do conflito, como Visentini e Halliday, por exemplo. Outros, como Michael Cox, dividem o conflito em vários níveis. Segundo o autor a Guerra Fria é composta por cinco níveis de realidade, sendo eles

a strategic confrontation between the USSR and the United States; an ideological stand-off between communism and capitalism; a geographical and military confrontation that kept Europe and Germany divided for the best part of forty years; an ongoing struggle for the future control of the Third World; and finally, a wider opposition between two material civilizations both of which insisted that they, and they alone, represented the wave of the future. (COX, 2005, 133)¹

Apesar das várias e importantes divisões acerca do conflito, inicialmente analisaremos Guerra Fria como um conflito intersistêmico apresentado pelo autor Fred Halliday (1999). O autor divide a Guerra Fria em duas partes, sendo a primeira realizada de 1947 a 1953 e a segunda de 1979 a 1985. Além dessa divisão, o autor defende quatro principais abordagens para se analisar o conflito. São elas, a abordagem Realista que defende que a Guerra Fria é a continuação da política dos Grandes Poderes, a abordagem Internalista, que localiza a dinâmica do conflito em questão dentro e não entre os blocos, a abordagem Intersistêmica e a abordagem Subjetivista. Essa última se baseia em teorias que analisam e analisaram a Guerra Fria através de percepções. Essas percepções sugerem que as políticas externas podem ser atribuídas às percepções de seus formuladores governamentais e das populações que influenciam e constroem os governos (HALLIDAY, 1999).

Continuando a explicação sobre as teorias defendidas por Halliday (1999), a teoria Intersistêmica com foco na Guerra Fria pode ser resumida em três pontos. O primeiro defende

¹ "Um confronto estratégico entre a URSS e o USA; um impasse ideológico entre comunismo e capitalismo; um confronto geográfico e militar que manteve a Europa e a Alemanha divididas por quarenta anos; uma luta contínua pelo controle futuro do Terceiro Mundo; e finalmente, uma oposição mais ampla entre duas civilizações materiais, as quais insistiam que elas unicamente, e de maneira separada, representavam a onda do futuro" (COX, 2005, 133). Tradução da autora

que tal Guerra foi resultante de um conflito entre dois sistemas sociais distintos. Lê-se sistema como a indicação das organizações internas das sociedades e políticas de cada bloco. O segundo é que a Guerra Fria foi regida por uma dinâmica competitiva e universalizadora e, por último, afirma que o conflito só acabaria com a sobreposição de um bloco sobre o outro (HALLIDAY, 1999).

Segundo Halliday (1999), a heterogeneidade do Sistema Internacional foi responsável pelo conflito em questão. O autor defende que a presença de dois sistemas sociais relativamente fortes e expressivos na sociedade internacional desestabilizou a mesma, gerando a Guerra Fria. Devido a existência desses dois sistemas distintos, o autor caracteriza o conflito como intersistêmicos, uma vez que as superpotências objetivavam não só tratar de suas questões internas, mas focavam em melhorar sua posição e prevalecer a sua ideologia sobre o outro bloco.

Outra característica abordada por Halliday (1999) sobre conflitos intersistêmicos, é que os mesmos acontecem em múltiplas dimensões e a Guerra fria também aconteceu em três níveis, o das relações interestatais, o das interações socioeconômicas e o da interação ideológica. Assim, o conflito foi composto por dois blocos extremamente complexos e fundamentalmente diferentes, como foi apresentado anteriormente, então, é um tanto quanto esperado um colapso mundial uma vez que o Sistema não suporta tamanha heterogeneidade e para que a ordem se “normalizasse”, era necessária a prevalência de um único sistema organizacional.

Embora seja extremamente necessária e válida tal análise teórica para explicar o conflito em questão, a pesquisa terá, num primeiro momento, um enfoque maior na explicação prática do conflito como período histórico. E para tal explicação, é fundamental pautar o fim da II Guerra Mundial e pontuar os acontecimentos que desencadearam o conflito que bipolarizou o globo.

A II Guerra foi um conflito mundial que teve o envolvimento direto de 72 países, mobilizou 110 milhões de soldados e que teve um custo econômico elevadíssimo de, aproximadamente, um trilhão e meio de dólares. (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Tal conflito foi marcado principalmente pela luta das potências da época contra regimes autoritários como o Nazismo presente na Alemanha e o Fascismo na Itália que tinham como alguns de seus objetivos a conquista territorial e o fortalecimento de suas nações.

O contexto em que se iniciou a II GM, em 1939, é de instabilidade uma vez que, além dos Estados do globo estarem preocupados com o expansionismo e autoritarismo de outros países, ainda tinham referências da I Guerra Mundial que foi o primeiro conflito global que

causou muito prejuízo para todos os integrantes do mesmo e, devido a isso, tentavam impedir que se repetisse essa tragédia. Com intuito de impedir que tal retrocesso acontecesse novamente, as grandes potências como, Grã-Bretanha, França, URSS e posteriormente os EUA, se uniram em uma coalizão não mais para conflituarem entre si, mas para conter o inimigo em comum.

Apesar de o conflito ser extenso, complexo e de extrema importância, a pesquisa em questão não irá se deter ao acontecimento em si, mas ao seu fim, uma vez que o foco do trabalho é a Guerra Fria, mas o conflito global foi fundamental para desencadeá-la. Partindo disso, é importante ressaltar o momento em que o III Reich passa para a defensiva e citar alguns conflitos importantes para o enfraquecimento deste. A batalha em Stalingrado que ocorreu em 1942/1943 resultou na derrota dos alemães e rendição de seu VI Exército. Simultaneamente a isto, a Inglaterra derrotava o III Reich no norte da África. Ainda em 1943, no sul da Rússia, aconteceu a batalha de Kursk onde a vitória soviética foi proeminente. Por fim, enquanto todas essas batalhas ocorriam e enfraqueciam o inimigo em comum, a França conflitava diretamente com a Itália e as forças americanas, além de auxiliarem materialmente os soviéticos, bombardeavam os alemães enfraquecendo ainda mais suas fontes de sustento na guerra (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Além dos conflitos militares que auxiliaram no enfraquecimento do exército alemão, no âmbito político-diplomático muitas ações foram tomadas com o mesmo intuito. Várias conferências foram realizadas pelos aliados como uma forma de conter o inimigo e de planejar uma reorganização mundial para o pós-Guerra. Algumas importantes conferências que ocorreram ainda durante a Guerra e são importantes de serem citadas serão listadas e brevemente explanadas a seguir.

As três primeiras, conferência de Casablanca, V Conferência de Washington e a Conferência de Quebec, ocorreram em 1943 e foram realizadas apenas por parte dos aliados e não tiveram resultados tão efetivos uma vez que foram realizadas com o intuito de alinhar mais precisamente o discurso e as ações de parte da coalizão. Já em outubro do mesmo ano, foi realizada a convenção de Moscou da qual a URSS também participou e vários pontos importantes foram decididos. Tal conferência deliberou “a manutenção da aliança até a derrota completa do Eixo, solicitou a participação da URSS na guerra contra o Japão, a instalação de um tribunal internacional para julgar os crimes do III Reich e a criação de uma organização internacional para substituir a Liga das Nações.” (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Ainda, outras duas conferências ocorreram, a Conferência do Cairo que visou tratar sobre a questão do Japão, e a Conferência de Teerã que serviu como um reforço para as questões

decididas em outubro e para reafirmar o posicionamento da URSS na Guerra e no Sistema Internacional (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Acerca do posicionamento da União Soviética no Sistema Internacional é importante ressaltar alguns acontecimentos da II Guerra que foram cruciais para o desdobramento da Guerra Fria. Um fator a se considerar foi o fortalecimento dos movimentos populares de esquerda que se levantaram em várias partes do globo como forma de resistência à opressão da extrema direita. Tais movimentos eram, na maioria das vezes, liderados pelos comunistas o que propagava tal ideologia de uma forma acelerada visto o impacto positivo que a mesma teve devido ao seu posicionamento contrário à opressão propagada na época.

Em 1945, a II Guerra Mundial realmente termina devido a morte de Hitler, a tomada de Berlim e a rendição do III Reich. Tais acontecimentos, somados ao histórico de autoritarismo que os precederam abalaram as relações políticas, os posicionamentos dos Estados e o Sistema Internacional como um todo. Desse abalo no Sistema Internacional surgiu um espaço para que questões como democracia e liberdade fossem bem vistas e aclamadas pelas sociedades existentes o que aumentou a influência estadunidense no globo e facilitou a propagação de seus ideais liberais. Além do prestígio norte americano, o socialismo adotado pela URSS também foi extremamente bem visto ao fim da guerra, uma vez que o mesmo era símbolo de resistência contra a opressão sofrida anteriormente por governos de extrema direita. Devido ao prestígio dado à União Soviética, e ao fortalecimento e aumento da esquerda mundial, os Estados Unidos começam a demonstrar certo nível de preocupação uma vez que tal ideologia não era a mesma pregada pelo Estado.

Por fim, muitos pontos podem ser analisados como cruciais para o desencadeamento da Guerra Fria, como por exemplo a situação das duas principais potências após a II Guerra Mundial. Os EUA, por exemplo

emergiram do conflito como os maiores beneficiados, pois ele reativou e expandiu seu parque industrial, absorveu a enorme massa de desempregados dos anos 30, além de sofrer poucas perdas humanas e nenhuma destruição material. Sua economia tornou-se mundialmente dominante, respondendo por quase 60% da produção industrial de 1945, posição reforçada pela semidestruição de seus rivais e pelo enfraquecimento dos aliados capitalistas, que se tornavam devedores dos Estados Unidos. (VISENTINI; PEREIRA, 2012, 178)

Já a URSS, como dito anteriormente, saiu da Guerra com muito crédito internacionalmente e obteve um espaço para participar da ordem internacional vigente já que seu desempenho no conflito foi fundamental para a sua resolução. Com tal prestígio soviético e com o crescimento da esquerda no mundo, a potência ocidental se sentiu cada vez mais

desconfortável no Sistema, apesar de seu antagonista ideológico não sair ileso econômica e militarmente do conflito. Do mesmo modo, a potência socialista não tinha completa confiança em seu parceiro-oponente, uma vez que o mesmo teve um desempenho inigualável no combate e tinha alianças econômicas com muitos atores do globo.

Além das conferências citadas anteriormente que aconteceram no auge do conflito, duas foram de absoluta importância para a história acontecer como ocorreu. Tais conferências foram a de Yalta e a de Potsdam e ambas buscaram tratar acerca da reorganização do sistema no pós-guerra. Na primeira, buscou-se tratar acerca da fixação da fronteira soviético-polonesa, da entrega de territórios à Polônia e da criação de coalizões na Polônia e Iugoslávia. Também foi pauta a divisão da Alemanha e a decisão foi a divisão do território alemão em partes em que as quatro maiores potências, EUA, Grã-Bretanha, França e URSS, ocupariam e teriam suas “zonas de controle” do território (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Com relação à segunda, apesar de que em teoria tal conferência teria um caráter de continuação das medidas propostas em Yalta, a realidade foi bem diferente. Em Potsdam, a presidência estadunidense já havia mudado, Roosevelt havia falecido e Truman assumiu em seu lugar. Com a mudança presidencial mudou também a postura dos EUA com relação ao Sistema Internacional e, mais especificamente, com relação à URSS. Truman adotou um posicionamento mais rígido para com a potência soviética e a tensão e o acirramento entre os dois países começam a se tornar mais nítidos e frequentes. Tal tensão não se deu somente pela alteração presidencial, mas também pela derrota germano-japonesa que finalizava a aliança antes feita pelas grandes potências (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Um marco que pode ser considerado como um grande ponto e com peso para um maior tensionamento das relações no Sistema Internacional foram as bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos contra o Japão, mesmo depois de sua eminente derrota e fragilidade. Tal acontecimento entra no contexto do presente trabalho, uma vez que o mesmo é uma demonstração de força bélica nuclear para todo o SI enfraquecido pelas guerras, mas, principalmente, para a URSS, o maior adversário presente no Sistema e que colocava em xeque a supremacia e hegemonia norte americana.

Com o fim dessas conferências, e com a crescente tensão entre as duas potências no Sistema Internacional, em 1947 se dá início ao conflito indireto nomeado de Guerra Fria. Entra-se, então, na Primeira Guerra Fria, divisão feita por Halliday, que, segundo o autor, ocorreu entre 1947-53 e é marcada pela repartição do globo, ou seja, pela bipolarização mundial (HALLIDAY, 1999). Tal período de bipolaridade é bastante intenso e muito marcante para todos os países do globo, uma vez que é neste período que os Estados Unidos e

a União Soviética lançam planos e estratégias para conquistar e manter o apoio do maior número possível de aliados e apoiadores para suas ideologias e posicionamentos.

Além de um conflito ideológico e de cunho político extremamente pontuado que tinha como objetivo a conquista de mais aliados e a obtenção de uma maior área de influência no Sistema Internacional, tal conflito também teve um cunho militar extremamente marcado. Acerca da postura militar, alguns autores como Eric Hobsbawm, afirmam que a Guerra Fria pode ser considerada como uma Terceira Guerra Mundial. (HOBSBAWM, 1995) Tal afirmação é feita devido ao poderio bélico nuclear que os dois países foram desenvolvendo e acumulando no decorrer da guerra. Ainda, esse conflito teve grande impacto e causou grande instabilidade no Sistema Internacional porque “só o medo da ‘destruição mútua inevitável’ impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização” (HOBSBAWM, 1995, p.178).

Como tal corrida para conquistar aliados foi logo após um conflito que destruiu material e/ou financeiramente grande parte do globo, os EUA, Estado que saiu da guerra mais fortalecido que quando entrara, lançou o plano Marshall, um pilar fundamental para a doutrina Truman, propagada pelo país na época. Tal doutrina foi uma política aplicada pelo novo governo estadunidense durante a Conferência Econômica de Moscou, que defendia a liberdade dos povos contra o totalitarismo e garantia o apoio norte americano aos que estivessem oprimidos. A conferência em questão tratou acerca da divisão do mundo e do apoio estadunidense para a reconstrução europeia fortemente representada pelo plano Marshall (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

O plano anteriormente citado foi uma manobra norte americana para conquistar e manter o apoio, principalmente dos países ocidentais, com foco na Europa. Visava auxiliar a Europa financiando sua reconstrução à juros baixos e garantindo certa pendência dos países europeus para com os Estados Unidos. Com tal ação os EUA conseguiram firmar parcerias de dependência a partir de seus produtos uma vez que os Estados necessitavam se reconstruir e a população dos mesmos, principalmente as burguesias, se reconfortavam com o consumo que havia se interrompido devido à II Guerra (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Com tal posicionamento estadunidense, a tensão, que já existia no SI, se acirra ainda mais, com a negação para com a adoção do plano da URSS e de suas nações parceiras. Alguns autores afirmam que “a Doutrina Truman e o Plano Marshall materializaram a partilha da Europa e lançaram as bases para a formação dos blocos político-militares” (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Outro ponto a ser considerado como o início de um tensionamento mais acirrado e declarado entre os dois blocos foi a criação da CIA (Agência Central de

Inteligência) pelos Estados Unidos da América com intuito de espionagem e fortalecimento a partir da obtenção de informações privilegiadas. Do mesmo modo, com o intuito de organizar as ações do comunismo para outros Estados e como uma forma de pressão contra o Plano Marshall, a URSS criou o Kaminform (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Fora a criação das agências de inteligência de ambos os países, vários pequenos conflitos ideológicos surgiram no período em questão e contaram com o apoio dos blocos.

Outro acontecimento importante a ser citado na história da Guerra Fria é o Bloqueio de Berlim. O mesmo ocorreu devido a uma reforma econômica na Alemanha realizada pelos aliados ocidentais que queriam integrar, economicamente, tal território ao restante da Europa capitalista. Tal ato ocidental, além de ser um recado para Stalin, mexeu com a estabilidade na região e fez com que o mesmo realizasse um bloqueio terrestre na região ocidental de Berlim, fazendo com que a cidade não conseguisse ser abastecida com suprimentos. Tal bloqueio, apesar de durar um tempo curto, teve grande repercussão uma vez que, devido à dificuldade do acesso à mantimentos, uma ponte aérea foi formada, por parte norte americana, para abastecer a cidade, fazendo assim que a União Soviética fosse malvista aos olhos das sociedades ao redor do globo. Para que a imagem soviética fosse construída de uma forma negativa com mais intensidade, o papel da mídia ocidental foi extremamente necessário (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Após o bloqueio e como reflexo do plano econômico lançado pelos EUA, a URSS lança, em 1949, o Conselho de Assistência Mútua Econômica, o Comecon. Tal plano, além de prestar auxílio para o desenvolvimento econômico dos países aliados do bloco, visava também instaurar um mercado comum dos países socialistas onde os mesmos se fortaleceriam em conjunto. Mas, como os EUA precisavam se manter como potência ocidental e se mostrar para os aliados como superior à potência comunista, se aliaram com outros Estados europeus expressivos e criaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Tal Organização visava demonstrar ainda mais a presença estadunidense no globo, além de intensificar a presença militar do mesmo no continente europeu.

Com tal expressividade norte americana e com a divisão total da Europa entre as duas potências, os EUA, não satisfeito em com sua posição como potência, cria, no final dos anos 1940, a República Federal da Alemanha (RFA) unindo as áreas de influência europeias e norte americana da Alemanha dividida pós II Guerra. Tal República ficou sob governo político de um estadunidense conservador que seguia à risca o viés do governo da época. Como resposta, a URSS não aceitou tal pressão e revidou com a criação da República Democrática Alemã (RDA). Após a demonstração de paridade no SI feita pela URSS, a

mesma lança sua primeira bomba atômica e concomitantemente, na China, os comunistas venciam a guerra civil e proclamavam a República Popular da China (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Devido ao avanço e não recuo soviético após as investidas estadunidenses, parte da Europa insistia para que um diálogo fosse iniciado e para que o conflito finalizasse. Mas, infelizmente, ou felizmente segundo uma leitura dos interesses norte-americanos acerca do conflito, a Europa não tinha poder e influência suficientes para pressionar as potências. A partir disso, a resposta estadunidense para a detonação da bomba soviética, foi a criação de uma bomba de hidrogênio (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Acerca do comentário anterior sobre o interesse estadunidense na guerra, é importante ressaltar que, no período em questão a Guerra Fria auxiliava tal país no controle mundial. Devido à ameaça iminente, os EUA se colocavam como “protetor” dos menores e assim tinha um maior controle acerca dos países, sejam eles da Europa ou da América Latina.

Ainda, é extremamente importante citar os conflitos diretos existentes entre aliados menores, os quais eram, em muitos casos, financiados pelos “líderes” dos blocos. Conflitos marcantes e importantes para descrever o período histórico em questão como por exemplo a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã e a questão do Canal de Suez serão melhores abordados posteriormente. Com relação a esses conflitos e, principalmente, acerca do poderio bélico nuclear obtido pelas duas potências, a leitura feita por Hobsbawm é que o conflito deixa de ser extremamente político e passa a ser, mesmo que pontualmente, um jogo de barganha. Como o autor mesmo exemplifica, os Estados Unidos usavam o poderio nuclear como negociação de paz para a Coreia e o Vietnã. Enquanto que a União Soviética utilizava do mesmo poderio para coagir países como a França e Grã-Bretanha a se retirarem do Canal de Suez (HOBBSAWM, 1995).

Também, sobre a busca por influência e conquista de aliados, é importante ressaltar que a Guerra Fria não foi dividida, somente, por bloco capitalista e socialista. No conflito também estavam presentes os Estados que recém estavam se tornando independentes e os Estados que não tinham tomado um posicionamento, nomeados de Terceiro Mundo. Segundo alguns autores, como Fred Halliday, por exemplo, os conflitos entre e com o Terceiro Mundo, eram os que mais alimentavam as tensões internacionais, uma vez que causavam mais instabilidade e tinham maior poder de barganha no SI (HALLIDAY, 1999).

Acerca do terceiro mundo, os países integrantes se organizaram como o Movimento dos Não Alinhados a partir de 1955. Nesse momento e até os anos 1960, se fortaleceu no Sistema Internacional o sentimento de esgotamento com relação à guerra, não por parte das

potências, mas por parte dos países menores, aliados aos blocos ou não. Nesse período, com a Conferência de Bandung, o Movimento dos Não Alinhados se fortaleceu realizando a I Conferência dos Países Não Alinhados que procurava “uma Terceira Via nas Relações Internacionais” (VISENTINI; PEREIRA, 2012, p. 203). Essa Terceira Via seria como uma opção contrária ao domínio dos dois grandes blocos e uma nova maneira de organização da ordem internacional, tanto política quanto econômica.

Tal período, marcado pela manifestação desse novo “bloco” e reorganização da Europa e de algumas outras regiões marcadas pela destruição pós II Guerra Mundial, se mostra como um esfriamento do conflito se comparado com alguns anos antes onde a tensão no SI era grande e alguns conflitos armados chegaram a acontecer. Acerca da reestruturação europeia como reflexo da Guerra Fria, é importante frisar a aproximação dos Estados europeus e a criação da Comunidade Europeia em 1957. Tal Comunidade visava integrar as economias, os sistemas legais dos países e, posteriormente, visava uma maior integração política. Tal ação foi tomada uma vez que a dependência aos EUA não era completamente positiva para muitos dos países europeus (HOBBSAWM, 1995)

Com relação ao período de esfriamento das tensões no conflito, alguns autores se arriscam a explicar o porquê de tal esfriamento através da justificativa da coexistência pacífica que marcava o momento e o interesse na busca de novos territórios. Para outros, há vários fatores que culminaram em tal esfriamento e para o período das détetes, que serão melhor abordadas posteriormente. Tal afirmação pode ser corroborada no texto de Visentini e Pereira que afirmam que:

O desengajamento militar terrestre que se seguiu à Guerra da Coreia, a Conferência de Genebra – reduzindo a tensão na Indochina – a emergência do Terceiro Mundo nas relações internacionais, a consolidação e as transformações no campo socialista, a obtenção de um relativo equilíbrio nuclear nos primeiros cenários da Guerra Fria – agora estabilizados – e a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão contribuíram para o estabelecimento de uma conjuntura de détente (distensão) (VISENTINI; PEREIRA, 2012, p. 203).

Ampliando a visão acerca das afirmações anteriores e englobando os posicionamentos, os argumentos podem se complementar uma vez que as duas potências globais estavam investindo dinheiro e estavam preocupadas, principalmente, na manutenção e conquista de territórios aliados. Os EUA, na década de 1950 e 1960 é um ótimo exemplo, uma vez que visava a conquista e manutenção dos territórios latino-americanos.

Devido a tal interesse, voltou sua atenção para os conflitos internos dos países da América Latina uma vez que nos mesmos surgiam governos adeptos a reformas, que, mesmo que moderadas, não tinham a aprovação norte americana. Com esse exemplo e contexto, é

correto afirmar que a potência ocidental não tinha capacidade suficiente para manter-se em um conflito tão incisivo com a União Soviética, controlar seus territórios no restante da América, apoiar seus aliados que estavam em conflito com outros países e manobrar política e economicamente com os países não alinhados. Além disso, vários países estavam conquistando a independência, uma questão muito apoiada pelos Estados Unidos por necessitarem de mercado consumidor, visto que colônias não comercializavam senão com suas metrópoles.

Ainda acerca do “afastamento” estadunidense do conflito direto, é válido ressaltar que na década de 1960 e 1970 a Europa e o Japão, já reconstruídos e recuperados da II Guerra Mundial, têm um maior desenvolvimento comercial e, se mostram grandes concorrentes aos EUA no mercado global. Além de concorrentes, tais países ultrapassam a economia estadunidense, o que desencadeia uma certa crise no modelo econômico adotado até então pela superpotência americana.

Tal crise resulta em várias questões importantes no Sistema Internacional e que afetam todos os Estados. O primeiro grande reflexo da crise é o fim da paridade do dólar em relação ao ouro em 1971 que resulta, junto com outros fatores, no aumento do preço do petróleo, dos alimentos e das matérias primas, afetando diretamente as produções e toda a população. Com essa interferência nas produções e no consumo, unidas à insatisfação da classe trabalhadora que reivindicava por melhorias salariais e demonstrava profunda insatisfação pelos modelos de produção presentes na época, taylorismo e fordismo, a produtividade reduziu ainda mais e os lucros caíram. Nesse contexto, se dava a crise econômica mundial do capitalismo que teve início com eventos na década de 1960 e teve seu ápice na década de 1970 (VISENTINI, 2015).

Visto que o modelo de capitalismo, conhecido e estruturado como era até aquele momento não estava mais funcionando, os países capitalistas sentiram a necessidade de alterar a dinâmica e assim, reestruturar tal modelo econômico. A reestruturação do capitalismo foi marcada por três pontos principais, segundo Visentini (2015), sendo eles a flexibilidade presente no novo modelo proposto que mais adiante na história resultará no neoliberalismo como conhecido nos dias atuais. A inovação tecnológica, que desencadeará a Revolução Científica-Tecnológica, fator importante para o desenvolvimento em todas as áreas, desde a indústria base até nos mais elevados e diversos extremos da sociedade. E, por fim, a liberalização externa, ou globalização, que é responsável pelas relações, principalmente, comerciais e atual dinâmica do Sistema Internacional.

Acerca das revoltas da classe trabalhadora, a solução encontrada pelos países capitalistas foi a de, além da diminuição salarial para aqueles que se mantiveram nas fábricas, alterar a organização do trabalho, “inserindo” a população do Sul, menos desenvolvido, nas fábricas do Norte. Tal ação foi extremamente importante para a reestruturação do capitalismo, uma vez que alterou a dinâmica do trabalho internacionalmente e incluiu, mesmo que de forma inferior e subordinada, a periferia no processo internacional da Globalização.

Apesar e devido à crise, ocorreu a III Revolução industrial que resultou da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e da Revolução Científica-Tecnológica (RCT). Sobre a DIT, a qual inseriu o terceiro mundo diretamente nos modelos de produção, já foi explanado anteriormente. Já a RCT, segundo Visentini (2015), foi uma decisão político-estratégica e foi instrumento primordial da globalização. É caracterizada pelo aumento da produtividade resultante da diminuição de gastos com mão de obra, principalmente após a “inserção” do Sul na Organização do Trabalho, e da redução do custo da matéria-prima utilizada na produção.

Devido ao aumento da produtividade e, conseqüentemente, da competitividade, a RCT foi responsável por alterar a estrutura da produção e comercialização global até então conhecidas e utilizadas. Essa alteração estrutural é marcada, principalmente pela disputa instaurada entre as potências capitalistas no Norte que, visando o aumento dos lucros, iniciaram as instalações em massa de indústrias nas periferias dos rivais comerciais, em pequenos Estados subdesenvolvidos e superpovoados ou em zonas francas (VISENTINI, 2015).

Ainda, acerca do avanço tecnológico e industrial causado pela RCT, a exploração dos trabalhadores do Sul, somada ao aumento do desemprego em todo o mundo causado pelas terceirizações, causaram uma quebra e certa desestabilização do movimento operário e do sindicalismo. Essa desestabilização foi extremamente impactante para todo o Sistema Internacional uma vez que enfraqueceu, de certa maneira, a ideologia base da URSS e de seus apoiadores. Além disso, no mesmo período, ideias neoliberais, mesmo que básicas, ganhavam maior visibilidade, pois pregavam a solução para a crise que o mundo enfrentava já que a redução do tamanho e das funções estatais era visto como única e mais eficaz saída.

Ainda no mundo capitalista, tal crise mundial iniciada no interior desse bloco teve impacto mundial não só no âmbito econômico e político, mas também no social. A sociedade da época, até então, de um modo geral baseava seus preceitos na Modernidade, mas, devido ao desgaste dos meios de produção, da sociedade de consumo, da democracia liberal e dos padrões ideológico-culturais vigentes na época, instaurou-se não só a crise capitalista, mas

também a crise da Modernidade. Devido a crise em vários âmbitos do SI, várias medidas estavam sendo tomadas para amenizar a situação e com isso, no âmbito social e político, houve o aumento das ONGs e das políticas acerca dos direitos humanos e do ambientalismo (VISENTINI, 2015).

Tais acontecimentos, sucedidos principalmente no início da década de 1970, resultaram em outros muitos que são considerados extremamente relevantes no Sistema Internacional, uma vez que alteraram a dinâmica das relações e o funcionamento do mesmo. Alguns desses acontecimentos, como citado anteriormente, foi a progressiva desindustrialização do Norte, uma vez que era muito mais produtivo para as grandes empresas exportarem suas indústrias para a periferia e utilizarem mão-de-obra e matéria prima por um preço reduzido e assim aumentar seu lucro. Com essa migração das indústrias, aumentou o desemprego e houve um declínio das bases sindicais que resultou não só no abalo da esquerda e num esvaziamento político ideológico geral, como também aumentou o número de desemprego. As mudanças financeiras também foram responsáveis pelo bloqueio do desenvolvimento dos países de terceiro mundo.

Outros reflexos das “respostas” para as crises, foi o aumento e avanço da direita, da extrema direita e do neoliberalismo em todas as partes do globo. Esse avanço do conservadorismo pode ser considerado um marco da Modernidade à pós-Modernidade pois com essa onda conservadora aumentou o racismo, a xenofobia e o desprezo pelo terceiro mundo. Já no âmbito sociocultural foi perceptível o aumento de tendências irracionais e do fundamentalismo religioso, representando e respaldando o conservadorismo através do cargo mais alto na igreja católica, com o Papa João Paulo II.

Nesse período se detecta também o aumento de temas alienantes na literatura e sociedade em geral, uma vez que a mídia ganhava um espaço maior e fundamental na sociedade e nesse processo (VISENTINI, 2015). Com a alienação e todo conservadorismo o enfoque também passou da visão comum de sociedade para um enfoque mais individualista, o que enfraqueceu um pouco mais a esquerda mundial e a ideologia defendida pela União Soviética. Tal ação foi construída e encabeçada pelos Estados Unidos como uma maneira não só de se reerguer frente à crise do capitalismo, mas também de enfraquecer culturalmente seu oponente e a ideologia defendida pelo mesmo, ainda que isso refletisse penosamente em toda a população do globo.

Outro resultado das diversas crises que ocorreram das tentativas de resolução das diversas crises anteriores, como já comentado, foi o desemprego. Talvez esse foi o maior dos impactos sociais e que se enraizou mais fundo na sociedade. Os reflexos desse grande

desemprego foram impactantes na época e ainda são. Tais reflexos são, o aumento da delinquência, do consumo de drogas e da criminalidade. Esse último se dá devido à falta de representação e expressão política por parte dos trabalhadores que não participam mais de sindicatos. Sem esse meio de expressão e sem auxílio governamental, parte dos desempregados buscam a sobrevivência e partem para a criminalidade. Com esse aumento da criminalidade e da violência, a elite exige repressão e controle dos marginais por parte do Estado e esse ciclo de violência interno se alimenta cada vez mais (VISENTINI, 2015).

Por fim, no final da década de 1970 o globo já se encontrava na pós-Modernidade, uma vez que temas críticos e intelectuais não tinham prioridade na sociedade e as ideias imediatistas e rasas ocupavam os espaços dos debates teóricos e complexos que buscavam, de alguma forma, entender e explicar a sociedade. O mundo já não era como antes. Houveram mudanças profundas em todas as áreas, desde a economia, passando pela política e findando na sociedade e no senso popular.

Com relação a União Soviética, a mesma também passava por várias questões internas, além da conjuntura social internacional que não lhe era muito favorável. Ainda que não tivesse seu interesse voltado para a América Latina, zona já de influência norte americana, a URSS focava na conquista de novos parceiros e aliados. Se preocupava também com sua estruturação interna, em questões acerca de seu desenvolvimento militar e tecnológico espacial e auxílio para os aliados que estavam em conflitos diretos ou com tensionamentos relacionados a outros Estados do globo.

Apesar da forte política de repressão e de controle norte americano para a América Latina, alguns países, como Cuba por exemplo, não cederam às suas pressões. Em 1959 o governo cubano passou a ser ocupado por um grupo de guerrilheiros que tinham viés de esquerda e ligações ideológicas mais condizentes com o posicionamento soviético que estadunidense (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Tal acontecimento preocupou o governo norte americano, pois sinalizava um afronte ao poder da potência e uma falha na sua superioridade e soberania sobre os povos latino-americanos que somado ao contexto internacional do capitalismo se tornava ainda mais preocupante. Além de que Cuba, ao se identificar com a potência soviética e ter uma relação mais próxima com a mesma, devido ao seu posicionamento geográfico, torna-se uma ameaça plena a sobrevivência e a supremacia estadunidense.

O governo norte americano, representado na figura de John Kennedy, aplicou várias sanções a Cuba, antes mesmo de o socialismo ser instaurado no país e o mesmo se tornar aliado declarado da URSS. Tal sanções vão desde a embargos econômicos, a expulsão do país

da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando o mesmo declarou apoio à União Soviética, até a invasões ao território cubano por operações da CIA como foi o caso na Baía dos Porcos em 1961 (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Tal ações realizadas pela potência ocidental causaram um efeito contrário ao esperado e tornaram ainda mais próximas as relações políticas e econômicas entre as Repúblicas Soviéticas e Cuba.

O clima era de tremenda instabilidade na América Latina no período em questão. A cada avanço e pressionada pelos EUA, a URSS se opunha e o conflito se tensionava ainda mais causando a crise dos mísseis em 1962. Tal acontecimento resultou da pressão norte americana para que Cuba deixasse de se aliar com a URSS e não compactuasse com a “ideologia inimiga” pois isto poderia desencadear na perda do controle norte americano sobre o restante do continente. Devido a pressão feita pelo ocidente a potência soviética, além de não recuar, ainda partiu para a ofensiva instalando em Cuba mísseis soviéticos, evento denominado como a crise dos mísseis. Com tal ação e os EUA entendendo que não iria ter recuo da parte inimiga, inicia uma barganha afirmando que com a retirada dos mísseis soviéticos de Cuba, o país em questão não seria mais pressionado pela potência. Além desse conflito entre as potências na América, é importante ressaltar que na Europa, em 1961, era construído um muro, o Muro de Berlim, que dividia a Alemanha e “fechava a última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa” (HOBSBAWN, 1995).

Durante a década de 1960 e 1970 a situação da Guerra Fria fica um tanto quanto mais crítica para o bloco capitalista com relação à supremacia internacional baseada em seu mercado como analisado anteriormente, mas também para o bloco soviético com relação às parcerias e aliados. Com relação ao primeiro, a crise era não só relacionada ao mercado, mas também ao modelo de produção adotado e representado pelo bloco, como dito anteriormente. No período em questão grande parte das potências que saíram quebradas da II Guerra Mundial conseguiram se reestruturar e reerguer seus mercados capitalistas, não mais dependendo dos Estados Unidos, e ainda, podendo competir com o mesmo no comércio internacional como já citado.

Já para o bloco soviético, vários aliados se afastaram e, além disso, abandonaram suas posturas socialistas, como é o caso da China, por exemplo, que além de romper com a URSS estreitou relações comerciais com os EUA (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Com tais complicações, principalmente para a União Soviética, o Estado se viu obrigado a barganhar e negociar diplomática e comercialmente com países do seu entorno. Tal abertura soviética pode ser vista como positiva uma vez que tanto a Alemanha ocidental, como a Alemanha oriental ingressaram na ONU em 1973.

Seguindo na década de 1970 vários fatores no Sistema Internacional, como a questão dos conflitos acontecidos no Oriente Médio, interferiram na ordem econômica internacional que estava se reconfigurando. Devido a esses muitos conflitos a questão do petróleo foi pontuada como um auxílio para que os EUA prevalecessem economicamente se comparados com as outras subpotências que estavam emergindo economicamente depois de um longo processo de revolução. Tal ocasião é um exemplo da transição e mudança global que alterou a ordem internacional que estava se criando onde Moscou estava crescente tanto no âmbito político-diplomático, quanto na difusão e influência internacional no globo, enquanto que os EUA estavam em declínio sutil, mas continuo (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Com relação ao período que será abordado agora, a Segunda Guerra Fria, segundo Halliday (1999), se inicia em 1979. Muitos autores, como Visentini e Pereira (2012), por exemplo, abordam a Nova Guerra Fria, como um acontecimento que se iniciou em 1979, como dito anteriormente, e vai até o fim da União Soviética e, conseqüentemente o colapso do comunismo em 1991. Podemos iniciar esse período frisando o novo posicionamento estadunidense que focava, nesse novo contexto internacional, no aprimoramento militar e num confronto mais direto com o intuito de enfraquecer e eliminar o adversário e recuperar sua hegemonia no Sistema Internacional que havia sido contestada na década anterior. Ainda, é de extrema importância frisar que a estratégia Norte Americana para enfraquecer os soviéticos se baseava na área militar e não mais na conquista de aliados e nas questões de auxílio para os parceiros e para possíveis aliados no Terceiro Mundo.

Vários foram os fatores que influenciaram para a quebra do sistema soviético, o colapso do comunismo e, conseqüentemente para o fim do sistema bipolar. Para Halliday (1999) tal colapso se dividiu em duas fases dentro da segunda Guerra Fria, a primeira que se deu de 1985 a 1989, e é caracterizada por ser consciente, planejada e controlada, e a segunda fase que se deu de 1989 a 1991, e é denominada descontrolada, ao posto de resultar no colapso de todo o sistema comunista. O colapso desse sistema não indica simplesmente a queda da URSS, mas a transição de um modelo econômico para outro. Além dessas duas fases, o autor defende que para tal crise se instaurar na URSS, foi relevante o contexto de mescla entre fatores internos da própria União e fatores internacionais.

Dentre os fatores internacionais responsáveis pela pressão e desestruturação soviética no Sistema Internacional estão, o sistema heterogêneo e desigual que representava o Sistema Internacional da época. Está presente também a pressão ocidental que ocorre a partir da década de 1970 expressa pelo ônus da corrida armamentista, embargos econômicos e

tecnológicos da OTAN, e, por fim, os movimentos de guerrilha anticomunista nos aliados soviéticos do Terceiro Mundo (HALLIDAY, 1999).

Com relação à Corrida Armamentista, a mesma teve início em 1940 e tinha caráter, predominantemente, nuclear, onde as potências capitalista e comunista buscavam aumentar seu poderio militar focando uma liderança quantitativa representada pelos EUA em âmbito tecnológico como citado anteriormente. Já em 1950, apesar da disputa entre os rivais ser desigual, a URSS detinha de grande desenvolvimento e sai na frente na corrida espacial. As Corridas Armamentistas, independente dos anos em que aconteceram e de suas características, têm um único foco, a busca pela superioridade no Sistema Internacional. Tal superioridade é representada por prestígio e status internacional.

Notoriamente, essa busca por superioridade, por desenvolvimento tecnológico militar e compra de armamento resultou em gastos absurdos e, segundo Halliday, resultou também, em uma pressão sobre o orçamento estatal e sobre a relação doméstica entre Estado e sociedade. Tais resultados foram imprescindíveis para o recuo da URSS na década de 1980 como já demonstrado. O recuo se deu pois, devido à Corrida Armamentista, a URSS, financeiramente, precisava redirecionar capital, até então investido em armamento, para sua reestruturação interna. Já na área tecnológica e política, a potência soviética não tinha mais capacidade de competir para com os EUA e a questão do perigo de uma guerra nuclear assustava os governantes soviéticos (HALLIDAY, 1999).

Ainda sobre a reestruturação internacional e sobre o novo enfoque dado pelos países sobre a Guerra Fria na transição dos anos de 1970, é importante ressaltar que a mesma consistiu em uma nova corrida armamentista proposta pelos Estados Unidos que tinha como enfoque a militarização espacial. Tal corrida foi popularmente chamada de guerra nas estrelas e tinha como foco principal, não a ameaça real ao inimigo, mas a demonstração de poder para seu rival e, principalmente, a desestabilização do mesmo. Acerca da desestabilização, esta se daria uma vez que a União Soviética não se encontrava estruturada e fortalecida economicamente o suficiente para manter o controle das suas zonas de influência, manter o financiamento de seus aliados, manter a produção bélica e, ainda, investir na militarização espacial no mesmo nível que seu rival (VISENTINI; PEREIRA, 2012). A partir desses acontecimentos, a URSS não demonstra tamanho desempenho no conflito como demonstrará nas décadas seguintes o que incentiva os EUA seguirem na sua política de desmantelamento soviético se utilizando economicamente de seus aliados.

No momento histórico retratado e que segue a linha cronológica dos acontecimentos, o mundo está saindo da crise no capitalismo que se deu devido aos conflitos dispersos ao redor

do globo e devido alguns posicionamentos econômicos internacionais como pontuado anteriormente. Países como EUA e grande parte da Europa não sentiram tal impacto de uma forma tão profunda uma vez que suas economias eram consolidadas e detinham de certa estabilidade e margem de manobra.

Seguindo os pontos internacionais fundamentais para o colapso, as pressões econômicas foram muito impactantes, pois envolveram os países capitalistas de um modo geral. As pressões se deram por meio de embargos econômicos e restrições tecnológicas. Os embargos e o isolacionismo comercial forçado à URSS por parte da Europa, dos EUA e de alguns outros apoiadores do bloco oposto, realmente influenciaram na queda do comunismo, mas acima disso, a responsabilidade principal, segundo Halliday (1999), foi da URSS que não sou administrar os recursos e investir corretamente em âmbito interno quando teve recursos e vantagens comerciais, principalmente com a crise do petróleo em 1970.

Por fim, o terceiro fator internacional primordial para a queda da União Soviética, foi a erosão do próprio bloco. Tal erosão é marcada por um recuo da potência que se deu por questões financeiras e diplomáticas. Na conjuntura internacional citada anteriormente, a URSS não tinha condições para manter, além do apoio militar, o apoio financeiro para seus aliados e apoiadores no Terceiro Mundo. A situação piora no contexto em que, em 1980, os EUA instauram a Doutrina Regan e financiam as guerrilhas anticomunistas, principalmente no território dos aliados da URSS. Além dessa conjuntura financeira, dois pontos, relacionados ao Terceiro Mundo, são fundamentais para entender o acirramento das tensões EUA-URSS e a queda nas relações diplomáticas da potência comunista para com o mundo capitalista. O primeiro é o apoio soviético aos movimentos revolucionários e o segundo é a invasão do Afeganistão.

Além dos acontecimentos internacionais citados anteriormente, os principais fatores, segundo Halliday (1999), para a crise e total declínio do comunismo, foram as questões e a desestruturação interna. O cenário internacional de caos enfrentado pela URSS, somado às pressões populares e embate entre o Estado e a sociedade e as crises política e financeira que assolavam o território da URSS, foram fundamentais para que o país não tivesse base para continuar sua manutenção. Com isso, os governantes do Estado mais poderoso que incorporava a URSS decidiram introduzir mudanças radicais e estruturais para tentar alicerçar o bloco, revitalizar as Repúblicas e investir em crescimento, que não aconteceu, pelo contrário. É nesse contexto que em 1985, Mikhail Gorbachev lança duas políticas reformistas conhecidas mundialmente, a Glasnost, e Perestroika.

A primeira buscava um impacto político, voltado mais para a transparência do governo e reestruturação política dentro do Estado em questão, mas de uma forma mais democrática e aberta, não só para a população interna, mas também no relacionamento internacional. Tal política teve muito impacto uma vez que foi a abertura política necessária para que ambos os lados pudessem se encaminhar para a resolução do conflito que já durava décadas.

Do mesmo modo como a Glasnost buscava uma abertura maior na área diplomática, a Perestroika visava uma abertura comercial e econômica. Além da abertura comercial que permitia o Estado de relacionar e comercializar com menos burocracia com outros países, a reforma visava uma certa democratização financeira com a finalidade de um desenvolvimento maior para o país e o fim de um isolamento a muito tempo vivido pela potência. Também, a reforma previa o investimento em grupos de cientistas e pesquisadores advindos de países capitalistas que ajudariam a modernizar a economia local (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

As reformas citadas anteriormente demonstram a fragilidade da URSS ao fim do conflito e tal afirmação pode ser corroborada na passagem onde os autores Visentini e Pereira afirmam que

em dificuldades sérias nos planos econômico, diplomático, militar e ideológico, a URSS buscava evitar o desencadeamento de uma guerra, cujos contornos se esboçavam nos crescentes incidentes internacionais, e sustar uma corrida armamentista cujo ritmo e intensidade não mais podiam ser acompanhados por sua economia (VISENTINI; PEREIRA, 2012, p. 255).

Após a aplicação de tais políticas a crise política e econômica que já se alastrava pelo bloco soviético se agravou mais até que situações caóticas foram alcançadas. Além do desmantelamento político interno que tais reformas causaram, desestruturando o Estado como organização e criando vários embates internos para o governo em questão, também é importante acentuar a deslegitimação que o bloco teve perante a os governos internacionais que já não mais tinham a URSS como detentora de credibilidade internacional. Como muitos autores abordam, a Perestroika principalmente, além de abrir a economia soviética ao exterior e entregar grande parte de seu patrimônio para seus opositores, levou a União Soviética a ingressar em “uma crise terminal, com o caos social e econômico e os conflitos étnico-políticos generalizando-se.” (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Devido a todos os fatores listados, a União Soviética, potência comunista oriental, que tinha papel fundamental no equilíbrio de poder global e responsável pela bipolarização ideológica, física e política do mundo, cai. Seu modelo organizacional é tomado por um profundo colapso que resulta na queda do Muro de Berlin em novembro de 1989 e, mais

tarde, em 25 de dezembro de 1991 resulta na dissolução completa do sistema comunista e, assim, da União das Republicas Socialistas Soviéticas. Tal acontecimento deixa um vácuo de poder no globo que é, conseqüentemente, ocupado pela potência capitalista ocidental, os Estados Unidos.

1.2. Dinâmica da Ordem Internacional no pós-Guerra Fria

Como dito anteriormente o fim da Guerra Fria resultou no fim da bipolaridade no Sistema Internacional e, como afirmado por Halliday (1999) na explanação e explicação do conflito como sendo intersistêmico, tal disputa se encerrou com um Sistema se sobrepondo completamente sobre o outro. O Sistema vencedor, notoriamente, foi o capitalista representado na figura e expansão global dos EUA. Mas tal período de unipolaridade e supremacia estadunidense não durou muito pois a superpotência não detinha capacidade suficiente para controlar, não mais só metade do mundo, mas todo o globo. Além disso, com o protagonismo estadunidense no cenário internacional durante o conflito analisado, as outras potências capitalistas puderam se preocupar com maior engajamento com suas questões internas e desenvolvimento comercial, o que fez com que o período de unipolaridade do imediato pós-Guerra Fria se transformasse rapidamente num Sistema multipolar (VISENTINI, 2015).

O Sistema Internacional no Pós-Guerra Fria foi marcado por três fatores principais, a globalização, a formação de blocos regionais e a instabilidade estrutural. Tais fatores representam a Nova Ordem Mundial, já citada, e que se baseia na emergência da Ásia Oriental, com foco na ascendência chinesa, e pelas buscas de estruturas que permitissem um desenvolvimento estável não só para o Sistema, mas para os atores que o compõem (VIZENTINI, 2005). Afirmando isto, é possível classificar os anos de 1990 e o início dos anos 2000 como um período de crises, mas, principalmente, de transição em busca de um novo período histórico que é iniciado com os acontecimentos do 11 de setembro de 2001.

No imediato pós-Guerra Fria, os EUA saíram vitoriosos e intocáveis, mas com uma responsabilidade extremamente importante, a de coordenar a nova Ordem Internacional e sua reestruturação. Além disso, o país teve, também, que alcançar os ex-Estados soviéticos e manter seus aliados sob controle, já que não havia mais uma ameaça em comum. Os Estados Unidos não detinham de poder militar e financeiro suficiente para alcançar todas as regiões do globo e manter sua postura de única superpotência. Além de toda alteração estrutural no Sistema Internacional, do aumento da competitividade entre as potências capitalistas, dos vários conflitos no Leste europeu e em parte da Ásia que se deram devido a extinção da União

Soviética, os EUA ainda estavam passando por diversas crises internas advindas da Guerra e de sua postura frente a crise capitalista da década de 1970.

Acerca das alterações do Sistema Internacional no pós-Guerra, são vários os apontamentos possíveis e importantes a serem citados e analisados. É inegável que os acontecimentos advindos da crise estadunidense de 1960/1970, com enfoque na reestruturação do capitalismo e alteração da dinâmica internacional do trabalho, tiveram profundos reflexos, não só pelas alterações momentâneas que causaram, como a transição direta e imediata da Modernidade à pós-Modernidade, mas pelo funcionamento do Sistema Internacional como é dado no pós-Guerra Fria.

No imediato pós-Guerra Fria, assim como nos últimos 20 anos de conflito e na atualidade, temas críticos e intelectuais não tinham prioridade na sociedade e as ideias imediatistas e rasas ocupavam os espaços dos debates teóricos e complexos que buscavam, de alguma forma, entender e explicar a sociedade. Tais acontecimentos são reflexos da pós-Modernidade que é constituída pela rejeição de um pensamento crítico e baseado na lógica, pela rejeição do pensamento racional e pela perda da profundidade (VISENTINI, 2015). Esse evento marca a alteração da estrutura social vigente até então, onde temas críticos e a intelectualidade eram mais valorizados, para uma estrutura representada pelo fortalecimento do conservadorismo, da xenofobia, do racismo e da alienação.

Além da alteração cultural e social do globo, é necessário pontuar algumas das alterações geográficas que influenciaram na redefinição de várias posturas diplomáticas, como por exemplo, a redefinição europeia. A Europa foi quase completamente redefinida geograficamente e politicamente, uma vez que, houve a reunificação da Alemanha e a expansão e integração europeia com a criação da União Europeia, além da expansão da OTAN para além dos países da Europa ocidental. A desintegração da Iugoslávia, também é um evento importante e emblemático, uma vez que seu território possuía a maior diversidade étnica da Europa centro-oriental e após o colapso comunista e a declaração de independência dos Estados locais, a região se transformou em uma zona de guerra.

Durante o conflito a Iugoslávia mantinha uma boa relação com os dois blocos antagônicos e, apesar de se manter alheia às influências das superpotências, era respeitada por ambas, mas em 1980 o cenário se altera quando o então presidente Josip Broz Tito morre. Com esse acontecimento, a nova direção do país se alinha às repúblicas federadas o que reflete diretamente no campo social-popular e se expressa por uma maior segregação e um conflito direto étnico e de caráter fortemente separatista. O conflito se dá uma vez que a nova direção estatal é marcada pela insuficiência na capacidade de contenção dos grupos

separatistas que já existiam e também, devido aos vários problemas econômicos e políticos que surgiram e/ou se agravaram com tal alinhamento (VIZENTINI, 2005).

Várias regiões no período em questão se tornaram pontos de instabilidade e conflitos, mas a atenção Norte americana se voltou, principalmente, para o Leste da Ásia e o Oriente Médio que foram regiões onde surgiram movimentos antiocidentais (VISENTINI, 2015). Apesar da postura estadunidense frente ao mundo ser de uma superpotência com o planejamento para a prosperidade mundial, as ações dos EUA no pós-Guerra Fria podem ser comparáveis à um novo Império com algumas atitudes benéficas ao mundo, mas, que na ausência de um inimigo bem definido, apenas se assemelharia a uma potência sem uma missão.

Visentini (2015) faz uma análise sobre como a potência Norte americana esperava que o Sistema Internacional no período em questão se desse e como realmente se deu. Segundo o autor, no plano hipotético,

a Nova Ordem Mundial deveria se basear no avanço da democracia liberal pelo mundo, na completa abertura das economias nacionais e no aumento dos fluxos comerciais e financeiros, que deveriam trazer prosperidade. A afirmação de um novo conjunto de agendas, implementadas por Organizações Internacionais com um papel reforçado, não apenas afirmariam a democracia e a prosperidade, mas promoveriam a paz mundial. (VISENTINI, 2015, p. 73).

Notoriamente o esperado não foi alcançado uma vez que o fim da bipolaridade gerou tremenda instabilidade no Sistema Internacional pois destruiu a Ordem Mundial estruturada nas conferências pré-Guerra Fria. O contexto mundial no imediato pós conflito foi marcado por instabilidade em todos os âmbitos, principalmente na economia mundial e desarranjos diplomáticos. O resultado desse caos e desse contexto semelhante ao do pré-I Guerra Mundial, foi a explosão de vários conflitos violentos e incontroláveis (VISENTINI, 2015).

A URSS, com sua desintegração, deu origem a 15 novos Estados que decidiram pela manutenção de suas fronteiras administrativas o que resultou em vários problemas de infraestrutura internamente. Estes ex-Estados comunistas são caracterizados por guerra civil, pela criminalidade, instabilidade estrutural e pelo brusco retrocesso social. Devido a essas questões, outros tantos problemas marcaram a história destes países. Alguns destes podem ser o aumento da mortalidade, por exemplo, que aconteceu devido não só a criminalidade, mas também pelo aumento da pobreza, da marginalização e de doenças que já estavam controladas ou extintas (VIZENTINI, 2005). Ademais, o desaparecimento da URSS gerou não só problemas econômicos e militares, como será explanado posteriormente, mas também

problemas étnicos graves uma vez que, a partir do fim da União, os milhões de indivíduos que estavam residindo em outros Estados da União que não o de origem, passaram a ser considerados estrangeiros.

Outros problemas que se tornaram estruturais devido ao vácuo de poder, principalmente em Moscou, com o desmantelamento soviético foi a consolidação das Máfias como forças que preencheram essa lacuna em formas de organizações sociais. A questão das máfias russas se espalhou rapidamente pelo globo, de uma forma mais rápida e eficaz que o próprio comunismo no período de conflito, e ficou responsável por grande parte das movimentações financeiras do país (VIZENTINI, 2005). Ainda na Rússia, o país ocupou o lugar no Conselho de Segurança da ONU, antes ocupado pela União Soviética.

O país também se responsabilizou em negociar com a Ucrânia, com a Bielorrússia e com o Cazaquistão pois os países também tinham grande arsenal nuclear, e a mesma pretendia ficar responsável por tal arsenal. Parte desse interesse se dava baseado em intenções de parceria estratégica e pela busca de fortalecer ainda mais sua imagem na Ásia, já que o país comercializava armamento e tecnologia aeroespacial e nuclear com países como a Índia, o Irã e, principalmente, a China. Outro acontecimento importante do imediato pós-Guerra Fria, foi a criação da CEI, Comunidade de Estados Independentes, em 1991 onde os países integrantes buscavam estabelecer entre si um sistema econômico e, principalmente, de defesa.

Acerca das alterações e acontecimentos no sudeste asiático durante o período discutido, várias são os apontamentos importantes a serem feitos. Durante a Guerra Fria, como várias outras regiões do globo, os Estados ali presentes, puderam focar em questões internas e em seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento da região. Como exemplo claro dessa situação o Japão pode ser citado. Durante o conflito, tal país foi, juntamente com outros europeus, um dos que mais cresceram e expandiram sua influência econômica no globo. Na década de 1970, o Japão conseguiu tal autonomia econômica frente aos EUA que, se associando a economias de apoio, dinamizava a região. Devido a essa autonomia e influência japonesa, os EUA se sentem ameaçados e na necessidade de retomar parte do controle e de sua influência na região e para isso começa a investir em países como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, os Tigres Asiáticos. Apesar da fase de triunfo japonês, o país, devido a crises internas e a reorganização do Sistema Internacional pós conflito, perde sua predominância e protagonismo na região (VIZENTINI, 2005).

Pouco tempo após o extermínio de um concorrente dos Estados Unidos na Ásia, a URSS, outro surge, a China. Tal país ameaça a hegemonia norte-americana no globo pois além de ser um membro permanente no Conselho de Segurança, o país tem arsenal nuclear,

uma política de viés socialista e uma economia crescente que detém de grande poder econômico-financeiro. Além do Estado ser um país em desenvolvimento, ele é um dos responsáveis pelo crescimento acelerado de todo o sudeste asiático e da crescente expressividade da região nas relações globais. Dado isso e por si só a China já se mostra grande e uma ameaça para a potência americana uma vez que a mesma já está debilitada interna e internacionalmente pós-Guerra. Mas a insegurança estadunidense tende a aumentar ainda mais quando a China e a Rússia demonstram o estreitamento de relações.

Tais países, além de comercializarem armamento e tecnologia nuclear e aeroespacial, ainda tem forte cooperação econômica-comercial, tecnológica-militar, diplomática e de segurança (VIZENTINI, 2005). A alternativa que Washington encontra para afetar seu concorrente já que não pode apresentar um discurso direto e fazer enfrentamentos radicais, é o uso de ONGs e do seu próprio cinema, *soft power*, para propagar uma cultura anti-chinesa. Apesar das investidas norte-americanas e com as políticas de isolamento chinês, o país segue firme no Sistema e, ainda, tem aproximação direta com a Índia e o Irã, além da aproximação da Ásia como um todo com o Oriente Médio.

No fim dos anos 2000, as tensões no Sistema Internacional pioram com a eleição de George W. Bush. O presidente representou o partido republicano no governo da maior potência política, diplomática e militar da época e adotou políticas unilaterais que foram notadas a partir do abandono, por parte dos EUA, do protocolo de Kyoto sobre aquecimento global, saiu da conferência da ONU sobre racismo, e, diferentemente de seu antecessor Clinton, ignorou as Organizações Internacionais. Outras marcantes ações estadunidenses no período foram a constante provocação que o país fazia a seus competidores no Sistema Internacional, principalmente contra a China, e as crescentes pressões para abertura dos mercados europeus (VISENTINI, 2015). Neste cenário de crescimento da instabilidade internacional marcado pela postura incisiva e bruta dos Estados Unidos frente a outros Estados que se dá o acontecimento do 11 de setembro de 2001 que abala as estruturas não só da maior potência mundial, mas de todo o globo. No dia 11 de setembro de 2001 dois aviões se chocam nas torres do World Trade Center e um avião é lançado contra o Pentágono. Ambas as construções são referenciais da política e da postura estadunidense pois representam símbolos do poder econômico e militar do país (VISENTINI, 2015).

Desde a década de 1990, com o desmantelamento soviético e, conseqüente desmantelamento da Ordem Mundial, até o acontecimento do 11 de setembro, não só o Sistema Internacional estava sem uma Ordem nítida e estabelecida, mas, os EUA, principalmente, estavam sentindo o vácuo deixado pelos soviéticos e padecia para encontrar

uma nova missão que recuperasse seu protagonismo no Sistema. O país que por quase 50 anos esteve no centro do Sistema Internacional e que tinha objetivos claros para a construção e aplicação da sua política no globo ficou estremecido no imediato pós-Guerra Fria, uma vez que estava perdendo de forma gradual esse protagonismo, mas o atentado terrorista em setembro de 2001 alterou essa realidade.

Segundo o governo Bush, o atentado foi responsabilidade da organização terrorista Al-Qaeda e do regime talibã no Afeganistão que dava abrigo para a organização. Tal tragédia aconteceu em um momento oportuno para os EUA, já que devido a ele, a potência encontra um novo inimigo, um novo alvo físico e uma nova missão, proteger o Sistema Internacional combatendo o terrorismo. Utilizando-se desse discurso, somado a postura política e a preferência pela utilização do *hard power* para Bush Jr. as relações entre os atores internacionais se tencionam cada vez mais.

Além desse tensionamento das relações, importantes alterações na agenda internacional foram feitas, como por exemplo a inclusão do tema terrorismo que, a partir daí, serve como discurso legitimador de políticas e atitudes conservadoras e intervencionistas. Com a inclusão do globo nessa discussão vários foram os posicionamentos dos países com relação aos alvos escolhidos pelos EUA, mundo árabe e islâmico. Como primeira atitude na guerra contra o terrorismo os EUA invadem e ocupam o Afeganistão em 2002 mesmo criando séria rivalidade com a Rússia, com o Irã e com a China através de tal ação.

Apesar do belo discurso, os interesses geopolíticos dos EUA se mostram bem claros segundo Visentini (2015). O autor lista que, os principais reflexos que a potência buscava com as invasões, que não se limitaram unicamente ao Afeganistão, eram os de inviabilizar a Organização de Cooperação de Xangai, interferir e enfraquecer as relações entre a China e o Paquistão/Índia pois assim a grande concorrente estadunidense seria privada de petróleo o que interferiria direto em seu desenvolvimento econômico e inviabilizar uma possível resolução no conflito entre Israel e Palestina uma vez que a presença do conflito e de Israel no Oriente Médio é de extrema importância para os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos.

Além da invasão do Afeganistão, e da construção desse inimigo, os EUA também definiram que existia um eixo do mal e que o mesmo, composto por Líbia, Síria, Irã, Coreia do Norte e Cuba, deveria ser invadido e combatido pois caracterizava uma grande ameaça para todo o Sistema. Ainda, não satisfeita com as tensões causadas pela invasão de 2002, a potência norte-americana investe contra o Iraque alegando a criação e porte de armamento de destruição em massa pelo país.

Nesse momento o “eixo da paz”, Alemanha, China, França e Rússia, intervém através da ONU e nega a invasão do país até que sejam comprovadas a existência do armamento denunciado. Ignorando a ONU e apoiado pelo “eixo da guerra”, Austrália, Inglaterra, Israel, Itália, Polônia e Portugal, os Estados Unidos invadem o Iraque em 2003 e iniciam mais um conflito no Sistema Internacional. O Oriente Médio, como visto com as informações apresentadas até aqui, foi e ainda é o foco na guerra ao terrorismo, não porque todo o terrorismo do globo se concentra naquela região, mas porque a mesma detém grandes reservas de recursos essenciais para o crescimento econômico de qualquer potência no século atual, sem falar na sua posição geopolítica estratégica.

Essa questão do terrorismo como pauta da agenda internacional deu e segue dando abertura para vários posicionamentos e ações um tanto quanto nebulosos pois o próprio termo terrorismo não tem definição única e acatada por todos atores do Sistema Internacional como já citado anteriormente. Inclusive, uma das atribuições dadas para o termo segundo Visentini (2015), é a de manipulação dos sentimentos de segurança da população uma vez que teatralizado um terrorismo. Tal manipulação é extremamente séria e importante uma vez que possibilita a redução de direitos civis sem muitos questionamentos e dá legitimidade para os Estados ingressarem em conflitos no âmbito internacional (VISENTINI, 2015).

É nesse contexto que se apresentam os dias atuais, ainda representados pelo conceito de pós-Guerra Fria, apesar de já se ter estabelecida uma nova Ordem Internacional. Os conflitos seguem se desdobrando, mas não mais apenas pela alçada militar. O globo também segue sem a hegemonia de uma grande superpotência como ocorrera e, apesar do terrorismo seguir em pauta e crescer significativamente, ele não é reconhecido como um inimigo em comum e o grande mal que assola o globo e ameaça os Estados e o Sistema. Isso mostra que a lógica e a dinâmica regentes tiveram alterações com o passar dos acontecimentos no Sistema e com o recuperar dos países frente aos três maiores conflitos que tiveram extrema importância nesta reorganização das relações não só entre os Estados, mas entre todos os atores do Sistema Internacional. Com isto, o cenário pós 11 de setembro é marcado não só pela reorganização da agenda internacional, mas também pela ascensão de pequenas e grandes potências em várias regiões do globo o que representa a multipolaridade que é encontrada até os dias atuais.

2. TEORIA CONSTRUTIVISTA

2.1. Visão Geral do Construtivismo

As interações entre os atores internacionais, ou seja, a interação entre os países, não são acontecimentos contemporâneos. As relações entre os agentes internacionais sempre ocorreram, o que se alterou depois da estruturação de um Sistema Internacional como o conhecido hoje, é o aumento e a intensificação de tais relações. Contudo, as Relações Internacionais, como área do conhecimento e comunidade acadêmica, tiveram origem no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, em 1917 (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Tal departamento não resultou de um processo espontâneo, mas sim da necessidade política de se analisar o conflito e o Sistema internacional frente os impactos físico e emotivo causados pela Grande Guerra (BARBOSA, 2010). Após o conflito, a sociedade internacional se atentou para a necessidade de um departamento que estudasse a guerra e suas causas com o intuito de que, com o conhecimento acerca da mesma, se pudesse evitar uma nova tragédia (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Apesar das RI serem criadas com um objetivo específico, evitar novos conflitos de proporções mundiais, “isso não significa que haja um acordo completo sobre o que se deve estudar, nem sobre como fazê-lo ou, menos ainda, sobre como devem ser interpretadas as relações internacionais” (JATOBÁ, 2013, p. 1). Devido a isso, vários são os conjuntos de conceitos, teorias, que compõem as Relações Internacionais e que buscam, basicamente, compreender e explicar os fenômenos internacionais, além de construir dados que auxiliem a compreensão do mundo prático e a atuação dos atores internacionais nele (GUZZINI, 2013).

Devido aos desacordos entre as escolas de pensamento dentro das RI e aos posicionamentos das mesmas dentro da disciplina, é possível afirmar que as teorias não são imparciais, elas apenas se adequam como fundamentação teórica (CERVO, 2008). Alguns autores como Cervo (2008) em sua obra onde compara teorias e conceitos nas Relações Internacionais, chegam a afirmar, que as teorias não são objetivas e que as mesmas “se vinculam a interesses, valores e padrões de conduta de países para os quais são úteis” (CERVO, 2008, p. 8). Com isso, o autor ilustra que teorias criadas e que se encaixam nos moldes dos países desenvolvidos, não são convenientes, na maioria das vezes, aos países emergentes.

Apesar e devido a essa vinculação a interesses e padrões, as teorias surgiram como forma de orientar os Estados em suas relações no Sistema Internacional com o fim de realizar interesses de seus povos. Devido a essa influência na formulação das ações estatais no Sistema Internacional e ao caráter injusto de algumas teorias visto que são formuladas por e

para alguns Estados, as mesmas influências a construção e manutenção de um Sistema Internacional de prevalências unilaterais, de benefícios para partes específicas do globo e padronizado (CERVO, 2008).

Já no final do século XX, com a inserção dos países emergentes e subdesenvolvidos no cenário político ativo do Sistema Internacional, ficou explícito que, as teorias formuladas até o momento não serviam, senão, aos países do Primeiro Mundo, pois o progresso econômico e político não havia alcançado todo o globo, como era pregado pela teoria liberal (GUZZINI, 2013). Ainda, seguindo pelo século XX, no início já marcado por uma governança pública mais científica e técnica, também foi marcada por um aumento nas incertezas estatais devido às novas responsabilidades destinadas aos Estados no cenário internacional o que resultou, como já citado anteriormente, na incorporação de novos canais de conselhos, por parte dos políticos em geral (BUENO, 2009).

O primeiro cenário dentro das RI como departamento acadêmico, como já citado, foi no imediato pós-Primeira Guerra, período também conhecido como Entre Guerras. No contexto citado, a teoria idealista foi a primeira a ser constituída pois buscava analisar como o Sistema Internacional deveria ser regido e como os Estados deveriam se portar para que não eclodisse outro conflito, ou seja, tornar o mundo mais pacífico. Questionando a teoria idealista, surge a teoria realista que busca analisar não como deveriam ser as ações dos Estados, mas sim o que os mesmos precisam fazer para garantir sua segurança e sobrevivência, tendo o poder não apenas como foco de seu discurso, mas tendo tal discurso como um próprio exercício de poder (GUZZINI, 2013). Ou seja, o período em questão foi marcado por esse conflito teórico chamado por vários pesquisadores de debate. Tais conflitos ficaram conhecidos por primeiro grande debate das Relações Internacionais (BARBOSA, 2010).

A crítica realista feita por Edward Carr (1939) contra a escola idealista acerca de sua estruturação, seus pilares e seu foco, ganhou força e se solidificou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial meses depois (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). A eclosão da Segunda Grande Guerra além de fragilizar a teoria liberal, corroborou a afirmação realista uma vez que demonstrou que os Estados precisam buscar e garantir sua sobrevivência e segurança uma vez que a anarquia presente no Sistema Internacional conduz os Estados a entrarem em conflitos (BARBOSA, 2010). Devido a isso, o realismo dominou o cenário no decorrer da primeira grande geração de debates em RI e saiu como vencedor (CASTRO, 2012).

Findado o primeiro debate e com o realismo a frente das teorias bases de Relações Internacionais, tem-se um novo debate com um novo enfoque após a Segunda Guerra. O

segundo grande debate das RI não mais se focava no que deveria ser estudado, mas o centro da discussão eram os meios de se estudar os fenômenos internacionais. Esse segundo debate, de caráter metodológico se deu entre o tradicionalismo e o cientificismo e teve grande duração e muito impacto nas Relações Internacionais uma vez que auxiliou no processo de desenvolvimento e autonomia da mesma (BARBOSA, 2010).

Após o segundo debate e a Segunda Guerra Mundial, mais um conflito eclodia no Sistema Internacional o que serviu de comprovação que nenhuma das teorias estavam conseguindo explicar plenamente os fenômenos Internacionais. Como dito anteriormente por Cervo (2008), as teorias de RI são pensadas por e para alguns Estados, e foi isso que desqualificou o realismo no início da Guerra Fria. O realismo, no conflito em questão, por ser encabeçado, refletir e propagar a postura e os interesses estadunidenses para o globo acabou por demonstrar que seus valores são pautados apenas no ocidente e por isso não explica as relações internacionais, perdendo assim, certa credibilidade no Sistema Internacional (CERVO, 2008).

Além da descredibilização realista no SI, o período da Guerra Fria trouxe várias questões importantes que refletiram e moldaram não só o Sistema e sua dinâmica, mas também as Relações Internacionais. Alguns desses acontecimentos importantes para a Ordem Internacional resultantes dessa nova dinâmica foram os processos de descolonização que resultaram em vários novos Estados, o surgimento e reconhecimento de outros atores no Sistema como as OIs e uma nova agenda internacional com foco nos EUA e na URSS. Além disso, a questão da segurança deixou de ser peça única no centro da discussão internacional e temas como comércio e desenvolvimento se tornaram pauta internacional (BARBOSA, 2010).

Acerca da discussão teórica e dos grandes debates das RIs, assim como nos dois conflitos anteriores, na Guerra Fria não seria diferente, ainda mais com todas as alterações no Sistema Internacional. É nesse contexto de fluxo e alterações no SI que surge o terceiro debate. Tal debate foi nomeado de “debate neo-neo” Barbosa (2010) pois se tratava de uma revisão das teorias já existentes, realismo e liberalismo, fazendo com que surgisse as visões neo-liberal e neo-realista. Tal debate foi marcado não só pelo surgimento dessas duas novas visões teóricas, mas pelo enfrentamento entre elas que perdurou os anos 1970 e 1980 e que teve expressivo reflexo na agenda da academia (CASTRO, 2012). Assim como as teorias realista e liberal, o neorealismo e o neoliberalismo não dão atenção para como os atores são construídos no Sistema Internacional (MENDES, 2012).

No final da última década da Guerra Fria mais um novo grande debate surge uma vez que a cada nova escola de pensamento ou releitura de escolas tradicionais, os fenômenos

mudam de significado (GUZZINI, 2013). Tal novo debate se dá pela oposição dos “racionalistas (realistas, neorrealistas e neoliberais institucionalistas) contra os reflexivistas (pós-modernistas, pós-estruturalistas, teorias críticas e feministas)” (MENDES, 2012, p. 107). Além de ser um debate mais plural, seu foco também se difere dos anteriores. O debate em questão discutiu acerca da “natureza da realidade internacional e de qual a melhor forma da ciência das RI explicarem esta realidade” (MENDES, 2012, p. 107). Alguns autores como Barbosa (2010) reconhecem e nomeiam tal debate como positivistas *versus* pós-positivistas e afirmam que a teoria construtivista nasceu como uma alternativa a tal debate.

A teoria construtivista é uma teoria muito recente no âmbito das Relações Internacionais, tendo seu surgimento no final dos anos 1980 (CASTRO, 2012). Tal teoria, como dito anteriormente, surgiu como um contraponto aos debates já iniciados e às escolas racionais que dominavam as RIs. A crítica principal dessa teoria às escolas teóricas tradicionais se dava porque as mesmas consideravam como exogeneamente dadas as identidades dos atores e seus interesses no Sistema Internacional (BUENO, 2009). Basicamente, o ponto central da teoria construtivista se encontra na afirmação de que o Sistema Internacional não é exógeno, não é natural, mas sim construído pelos seres humanos (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Outra característica essencial da teoria é o seu discurso e sua preocupação com as mudanças e com o papel das ideias no Sistema Internacional (MENDES, 2012). Assim, é notória a diferença entre o construtivismo, que enfatiza a importância da estrutura e de sua análise e compreensão para entender as relações internacionais, e outras escolas, positivistas, que afirmam que a imposição de constrangimentos e interesses pré-determinados já estão estruturados nos agentes internacionais (CASTRO, 2012).

Antes de um maior detalhamento acerca da teoria construtivista, é de extrema importância frisar a relevância que tal teoria teve para a área acadêmica, uma vez que alterou a lógica e a dinâmica das relações teóricas. Apesar de todos os debates que marcaram a agenda acadêmica desde a criação das RI, é possível afirmar que não existia um diálogo intelectual real e efetivo entre as teorias com a finalidade de discutir os pontos fracos de cada um e buscar meios para a evolução e fortalecimento das mesmas (MENDES, 2012). A “viragem construtivista”, como aborda Mendes (2012), representou uma alteração na estrutura das Relações Internacionais uma vez que aderiu um novo debate para a disciplina, um debate comunicativo e de caráter multilateral que corroborou seu discurso, uma vez que esse se baseia numa construção teórica firmada no diálogo argumentativo (MENDES, 2012).

Tal “viragem construtivista” não surgiu fora de contexto. Três foram os fenômenos responsáveis para que tal acontecimento surgisse nas Relações Internacionais. O primeiro fenômeno a ser considerado é o contexto político internacional e a agenda internacional da época. A bipolaridade, presente até no âmbito acadêmico, foi colocada em xeque com o fim da Guerra Fria e alteração da dinâmica política da época (MENDES, 2012). O segundo ponto foi a própria necessidade da disciplina de readequação dos seus princípios e fundamentos. E, por fim, a emergência de críticas às teorias dominantes fundamentadas e embasadas na insuficiência e incapacidade das mesmas para ler o Sistema Internacional e prever o fim da Guerra Fria (MENDES, 2012).

Voltando a categorização e detalhamento da teoria construtivista é possível afirmar, com base em tudo que foi explanado até o presente momento, que a teoria em questão se tornou uma importante contestadora do núcleo das Relações Internacionais, uma vez que critica todas as principais teorias da disciplina, mas também tem um conflito mais acirrado com a teoria realista (KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER, 1998). Como já citado, a teoria construtivista surgiu durante o debate acerca do lugar das ideias e dos valores na década de 1980 (BARBOSA, 2010).

No contexto de instabilidade no final da década de 1980, Nicholas Onuf lança o conceito construtivista através de sua obra “World of our Making: Rules and Rule in social theory and International Relations” (1989). O contexto de instabilidade e mudanças no Sistema Internacional em que foi criada foi extremamente importante e até determinante para o sucesso da teoria, sem falar que foi no contexto de fim da Guerra Fria que, principalmente, a Europa alterou seu foco para além dos dilemas de segurança (GUZZINI, 2013).

A Guerra Fria, acontecimento que perdurou várias décadas no Sistema Internacional e que tinha uma dinâmica única, moldou as relações internacionais e foi responsável por toda uma reformulação da ordem internacional mundial, sendo assim, seu fim era quase que inimaginável e improvável dentre as várias previsões. Devido a isso, o fim da Guerra Fria, além de chocar os políticos e acadêmicos mundiais, também serviu como corroboração natural e sistêmica para a teoria construtivista, uma vez que comprovou que as relações internacionais e o Sistema não são fixos e imutáveis e que os mesmos dependem das ações e interações humanas para se formar e se reformular (GUZZINI, 2013).

A escola construtivista, tem grande influência da sociologia e é influenciada por autores importantes dessa área como Anthony Giddens, Peter Berger e Thomas Luckmann (CASTRO, 2012). Ainda, a teoria construtivista em Relações Internacionais, apesar de ser criada e ter forte contribuição de Onuf (1989), o construtivismo também tem forte influência

de Kratochwil e Wendt (CASTRO, 2012). Ainda que formado por vários pensamentos e autores diversos, como abordaremos mais a frente, tal escola tem esses três nomes como destaques em sua formulação e desenvolvimento.

Alexander Wendt, além de ser um grande e influente teórico construtivista, foi o responsável por popularizar a teoria e o termo construtivismo através de seu artigo publicado em 1992, nomeado de “Anarchy is What States Make of It” (TOLOSSA, 2004). Wendt tem um papel importante enquanto teórico das RIs uma vez que, além de propagar a teoria, colocou em xeque o conhecimento existente para a análise e explicação das relações internacionais da mesma forma que iniciou o processo de demolição do imperialismo das teorias (CERVO, 2008). Um pouco depois, em 1999, Alexander Wendt publicou seu livro “Social Theory of International Politics” e corroborou a necessidade e a importância de sua pesquisa para as RI uma vez que tal trabalho reuniu características de realismo científico, holismo e idealismo (TOLOSSA, 2004).

Além dos três tópicos já apresentados que auxiliaram o surgimento do construtivismo, alguns autores como Guzzini (2013) afirmam ainda que a teoria também foi inspirada pela modernidade reflexiva. O autor afirma que a modernidade reflexiva “se trata de uma crescente tomada de consciência acerca dos limites e ambiguidades inerentes ao progresso técnico e social” (GUZZINI, 2013, p. 383). Por muito tempo se acreditou no mito de que a modernidade trazia progresso e desenvolvimento mundial e que a mesma atingiu seu ápice com a industrialização nos séculos XIX e XX. Tal modernidade, além de ser relacionada com um constante progresso, ainda é, segundo Guzzini (2013), um projeto individualista. Sucedendo, a pós-modernidade surgiu como um reflexo reparador para os excessos da modernidade. A pós-modernidade, tenta encontrar caminhos alternativos aos tomados anteriormente para o chamado progresso (GUZZINI, 2013).

Além de ser uma teoria comunicativa e baseada no diálogo e, apesar de contrapor vários pontos das teorias *mainstream* das RI, o construtivismo também é caracterizado como um meio termo entre várias outras escolas de pensamento que integram a disciplina. A teoria construtivista, devido seu caráter comunicativo, conseguiu dialogar com vários movimentos teóricos tanto do reflexivismo, quanto do racionalismo (MENDES, 2012). Devido a esse diálogo e comunicação do construtivismo com todas as escolas evitando perpetuar a cultura de imperialismo teórico e superioridade, é que a teoria toma a posição de *middleground* nas Relações Internacionais (MENDES, 2012). Para que isso se tornasse possível, três foram os principais aspectos sendo eles

a preferência pela ontologia em detrimento da epistemologia; a diferenciação distintiva face ao posicionamento incomensurável dos polos do racionalismo e do reflexivismo conseguindo ter a capacidade de diálogo com ambos e; a variedade de preferências relativamente às abordagens metodológicas e às estratégias de investigação. (MENDES, 2012, p. 113).

Seguindo, como já afirmado, a abordagem construtivista não rompe com a escola racionalista uma vez que ambas abordagens se completam e elas se diferem no âmbito epistemológico e não puramente no âmbito conceitual (BUENO, 2009). A teoria busca com essa posição de meio termo realmente ocupar um meio termo, tomando uma distância segura de formas mais radicais de idealismo e de uma visão puramente materialista como a abordada pelos realistas (BARBOSA, 2010). Além da posição de meio termo ocupada pelo construtivismo, alguns autores como Emanuel Adler (1999) afirmam que houve também a tentativa na construção de uma ponte entre as filosofias positivistas e idealistas.

Ainda, a ocupação desse lugar de meio termo pelo construtivismo, não foi buscada propositalmente e/ou conquistada de forma que foi buscada, mas preencheu essa lacuna que não era ocupada por nenhuma outra teoria das Relações Internacionais (GUZZINI, 2013). Mas, apesar de toda construção teórica e argumentos sólidos que firmam a afirmação do construtivismo como um meio termo teórico, ainda existem autores, como Nogueira e Messari (2005) que não compartilham de tais afirmações. Tais atores asseguram que afirmar o construtivismo como um meio termo pode ser um equívoco uma vez que o mesmo não tem um único pensamento e uma única vertente.

Algumas características básicas da teoria já foram exibidas anteriormente, mas agora, o presente trabalho pretende apresentar conceitos que caracterizam a teoria e moldam sua abordagem e discurso. A teoria construtivista trata, fundamentalmente, sobre “a construção social do conhecimento e sobre a construção da realidade social” (GUZZINI, 2013, p.399). Como afirmou Onuf em sua obra inaugural do construtivismo nas Relações Internacionais, a teoria se cria e é criada em volta de estudar e analisar um “mundo (social) feito por nós” (ONIF, 1989). Esse mundo social abordado por diversos autores é o mundo real. O mundo social, para as RI indicam as relações internacionais, o Sistema Internacional, os Estados, as políticas defendidas e as relações internacionais que ora criam esse mundo social e ora são criadas por ele. Essa construção mutua é extremamente importante e real para a teoria construtivista.

Além do mundo social ser criado pelos atores do sistema e pelas relações entre eles, essas políticas internacionais, ou seja, essas relações, também são socialmente construídas a partir de práticas sociais na mesma medida que constroem (TOLOSSA, 2004). Além das

criações mútuas já citadas, o construtivismo também afirma que o poder, conceito foco das Relações Internacionais e base de algumas escolas, também é construído socialmente, não só a conceituação de tal fenômeno, mas o fenômeno em si. Muito parecido com a situação do poder a política internacional, além de ser construída socialmente, também define e constrói identidades (GUZZINI, 2013).

Não só o poder é um conceito e um fenômeno relevante para a teoria construtivista, mas o pensamento, as ideias, as crenças, as identidades e os valores também são. Ainda, a teoria considera, segundo Castro (2012) que tais fenômenos são mais importantes que as próprias estruturas materiais que compõe o Sistema Internacional. Seguindo o pensamento do autor, as crenças são os canais para os relacionamentos internacionais e as ideias constituem os interesses e as identidades que formam a consciência geral dos agentes internacionais.

Outro ponto importante defendido como construído no Sistema Internacional é a anarquia que rege o mesmo. O sistema em questão não tem um governo central que controla os Estados do globo, daí a anarquia, mas é regido por um conjunto de regras intersubjetivas que são originadas de práticas humanas e que também orientam o comportamento dos atores (GUZZINI, 2013). Acerca dos conceitos de estrutura e de identidade, o primeiro “corresponde à interação de padrões e à interação entre agentes, ideias e é construída socialmente” (BUENO, 2009) e o segundo é constituído a partir dos interesses estatais.

Ressaltando as afirmações feitas anteriormente e recapitulando as principais características da teoria aqui abordada, não só o Sistema Internacional é constituído pelos atores e por suas interações, mas também estes e suas ideias, seus interesses, e suas ações, são constituídos pelo Sistema. Mesmo com essa afirmação de que o mundo é uma construção social, os construtivistas não ignoram a existência do mundo dos fatos brutos, um mundo material externo ao pensamento. E, ainda, além de reconhecer a existência do mundo real e do mundo social, os construtivistas tem a consciência de que o segundo não só integra o primeiro, mas também tem capacidade plena de alterá-lo e, além dessa consciência, os teóricos e estudiosos da área ainda tem a responsabilidade de analisar sistematicamente essa interação entre esses mundos (GUZZINI, 2013).

Ainda, sobre a estruturação do pensamento construtivista, Wendt (1999) afirma que são três as ideias bases. Segundo o autor a realidade é socialmente construída, as estruturas são definidas, principalmente, por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais e, que as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas ideias compartilhadas (WENDT, 1999).

Outra autora, Bueno (2009) ressalta outros três pressupostos bases do construtivismo que conversam com os apresentados por Wendt e os complementam. São eles, a “constituição mútua de agentes e estruturas; a compreensão da condicionalidade das estruturas não-materiais sobre as identidades e interesses dos atores e, por fim, importância equitativa entre estruturas normativas e materiais” (BUENO, 2009). Ainda, Barbosa (2010) ressalta que na abordagem construtivista

(a) as relações humanas, inclusive as relações internacionais, consistem essencialmente de pensamentos e ideias e não de forças ou condições materiais; (b) as crenças intersubjetivas (ideias, concepções, suposições, etc.) comuns entre as pessoas constituem o elemento ideológico central enfocado pelos construtivistas; (c) essas crenças comuns compõem e expressam os interesses e as identidades das pessoas: como o modo que se concebem as suas relações; e (d) os construtivistas ressaltam os meios nos quais essas relações são formadas e expressas. (BARBOSA, 2010, p. 6)

Por fim, Guzzini (2013) simplifica e afirma que os princípios centrais do construtivismo se dão nos níveis da observação, da ação e da interação entre os dois primeiros. Acerca dessa interação pontuada pelo autor, a mesma, como apresentado até o momento, é peça chave na estruturação do pensamento e da escola construtivista, uma vez que, independente da vertente construtivista que o autor siga ou se identifique, é por ela que o mundo social é construído e o real alterado.

Outro conceito importante de ser abordado e que é utilizado em tal teoria é o termo agente. Os autores construtivistas alteram a forma de nomear os atuantes nas relações internacionais pois acreditam que o termo atores ou sujeitos internacionais caracterizam representantes internacionais que estão limitados a desempenhar papéis que já estão pré-determinados. Então, tais autores preferem o termo agente internacional, uma vez que significa um representante que age internacionalmente não apenas cumprindo papéis, mas de forma autônoma e consciente (BARBOSA, 2010).

As atitudes conscientes tomadas por esses agentes internacionais, apesar de serem autônomas, ainda tem características de coletivo em algumas delas e, acima de tudo, são socialmente construídas por interpretações, pressupostos coletivos e significados gerais sobre o mundo (ADLER, 1999). E, como esses agentes estão inseridos no Sistema, ou seja, nessa estrutura internacional, ele constitui a mesma ao mesmo tempo que é constituído por ela (BUENO, 2009). Tal interação e co-constituição é responsável não só pelo funcionamento do Sistema, mas também pela formulação de todas as ordens internacionais que já foram instituídas ao longo da história mundial (MENDES, 2012). Finalizando a etapa da apresentação das características gerais que formam o construtivismo, será abordado um

último conceito, as normas. Normas nada mais são que padrões de comportamento instituídos por e para agentes internacionais que possuam uma dada identidade (FINNEMORE; SIKKINK, 1998).

Além da caracterização geral que foi levantada acerca da teoria construtivista, agora será feita um breve levantamento sobre as características teóricas. Iniciando a discussão, o autor Mendes (2012) afirma que, independente da teoria e mesmo que em níveis diferentes, toda teorização das relações internacionais tem base em uma metateoria social. E a problemática metateórica encontrada no construtivismo diz respeito ao nível constitutivo da teoria nas Relações Internacionais.

Que o construtivismo é complexo e comunicativo isso já foi discutido, mas, além disso, o construtivismo também é uma teoria ampla e diversificada mesmo dentro de seus próprios conceitos bases. O departamento construtivista nas Relações Internacionais tem origem diversificada e bases multidisciplinares com foco especial nas ciências sociais e políticas (CASTRO, 2012). Devido a essas múltiplas bases, é considerado um paradigma de paradigmas pois acolhe várias versões e diferentes pontos de vista dentro de uma mesma teoria (MENDES, 2012). Essas várias versões se dão de várias maneiras, seja o enfoque dado ou a metodologia usada para a análise (BARBOSA, 2010).

Bueno (2009) enxerga como a divisão do construtivismo sendo marcada pela publicação do artigo “Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics” de Alexander Wendt em 1992. O autor ainda propõe que, a partir desta publicação a teoria se subdividiu em duas vertentes, a wendtiana que é formada por Wendt e pelo John Gerard Ruggie e a vertente construtivista crítica da qual são integrantes os autores Robert Cox, Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil.

Além de Bueno (2009), outros autores analisaram e categorizaram as divisões do construtivismo. Emmanuel Adler (1999) dividiu o construtivismo em quatro, sendo ele a versão de regras, a modernista, a pós-modernista e a de conhecimento narrativo. Acerca do grupo modernista, seus integrantes acreditam que não tem razão para que métodos padronizados sejam excluídos, e, Adler (1999), além de se inserir na vertente, cita Barnett, Cederman, Finnemore e Katzenstein como participantes também. O grupo guiado por regras se baseia se utilizam da lei da jurisprudência para demonstrar os impactos que as relações internacionais tem no comportamento e nos modos de raciocínio e, estão inseridos nesse grupo, segundo Adler (1999), Onuf e Kratochwil. O grupo de conhecimento narrativo, como a própria denominação diz, tem enfoque no conhecimento narrativo então dá certa atenção especial para movimentos sociais por partes dos agentes, o desenvolvimento, e narrativas

relacionadas a gênero e interesses de segurança. Por fim, o grupo pós-modernista foca na questão da desconstrução da soberania.

Já Peter Katzenstein, Robert Keohane e Stephen Krasner (1998), dividiram a teoria em três sendo a versão crítica, a pós-moderna e a convencional e, ainda afirmaram que as fronteiras entre essas divisões são porosas, portanto, todos os autores construtivistas podem passar para outras versões dependendo de qual obra for analisada. Acerca dos construtivistas convencionais os autores afirmam que as análises sociológicas orientam teoricamente e que tais perspectivas complementam ou rivalizam com o racionalismo. A vertente crítica busca, segundo os autores, analisar e entender como os agentes e os sistemas se co-constituem. Por fim, segundo os autores, a vertente pós-moderna tem o intuito de estudar e desmascarar as relações de poder acopladas na construção do conhecimento.

Por fim, John Gerard Ruggie (1998) também dividiu a teoria, se baseando em critérios filosóficos, em três vertentes, a naturalista, a neoclássica e a pós-moderna. A vertente neoclássica é abordada por Ruggie (1998) como sendo um indicativo que tal vertente é ligada à tradição clássica. Além disso, o autor se coloca nesta vertente, assim como inclui Kratochwil, Onuf e Emanuel Adler. Sobre a vertente pós-moderna, a mesma teria ligação intelectual direta com Nietzsche e Foucault. Por fim, Ruggie (1998) caracteriza a vertente naturalista como “fundamentada na doutrina filosófica do realismo científico” e inclui nessa vertente Wendt.

Apesar de toda diferença entre as vertentes criadas e os meios de analisar, o construtivismo segue com sua postura de meio termo independente da vertente adotada. Ele mantém um distanciamento dos polos racionalistas e reflexivistas, mas não um isolamento pois segue sendo comunicativo e firmado no diálogo (MENDES, 2012). Enfim, independente das várias versões citadas, Alexander Wendt aparece em todas elas e dá motivos para que muitos autores o categorizem. Como já citado, Wendt é um dos principais nomes da teoria construtivista e responsável pela propagação e divulgação da mesma não só em meio acadêmico, mas no Sistema Internacional (TOLOSSA, 2004). Devido a essa importância, o presente trabalho fará uma breve explanação sobre o autor e sobre seu posicionamento frente a teoria construtivista e na construção da mesma.

2.2. Construtivismo segundo Alexander Wendt

Como trazido anteriormente, vários autores já se utilizam da ótica construtivista para analisar o Sistema e as relações inseridas no mesmo, mas o presente trabalho se utilizará da teoria conforme Alexander Wendt construiu e propôs. O autor afirma em seu livro que são

dois os pilares fundamentais da teoria construtivista no geral. O primeiro afirma que as estruturas são determinadas por ideias compartilhadas e não por forças materiais. O segundo pilar ressalta que os fenômenos identidade e interesses dos agentes não são exógenos, mas são construídos por ideias (WENDT, 1999). Dito isto, o capítulo se atentará ao autor Alexander Wendt e sua formulação da teoria construtivista. Alexander Wendt nasceu em 1958, durante a Guerra Fria, na Alemanha ocidental. O autor em questão recebeu seu título de PhD pela Universidade de Minnesota e teve carreira como professor nas Universidades de Yale, Chicago e Dartmouth (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2008).

Ainda, o autor iniciou sua construção teórica, de caráter idealista e estrutural, e sistêmica, publicamente no final dos anos 1980 com a obra “The Agent-Structure Problem in International Relations Theory”, mas, apesar de tal obra ser o primeiro registro publicado e de domínio público do autor, seu trabalho mais conhecido, o qual aborda muitos dos pontos necessários para a conceituação e melhor entendimento da teoria e responsável pela divulgação da teoria construtivista, é seu artigo “Anarchy is what states makes of it, the social construction of power politics”.

A construção teórica de Wendt, assim como o construtivismo geral, foi realizada na base do diálogo. A versão wendtiana debateu com várias correntes diferentes para formar suas bases e introduziu em sua teoria vários conceitos externos ao do construtivismo, mas que completaram a teoria como é o caso dos conceitos da teoria social. Acerca de sua teoria ter caráter sistêmico, a mesma tem esse caráter devido ao seu objeto de pesquisa, seu foco é a compreensão e a explicação dos padrões estatais de comportamento.

Acerca de seu artigo “Anarchy is what states makes of it, the social construction of power politics”, tal leitura já introduz, em seu título, a ideia central proposta pelo autor uma vez que afirma que “*Anarchy is what states make of it*”² (Wendt, 1992, p. 395) como pressuposto a ser desenvolvido. Além do artigo publicado em 1992, Wendt também é conhecido por lançar uma das maiores obras construtivistas das Relações Internacionais, o livro “Social Theory of International Politics” em 1999. Tal livro é dividido em duas partes sendo a primeira focada na teoria social, na construção das ideias e na cultura enquanto que a segunda parte se detém a estudar a política internacional.

Além de toda conceituação que será trazida é importante citar que, durante a formação acadêmica do escritor e de sua construção teórica, a teoria que estava em foco na discussão referente ao funcionamento do Sistema Internacional era a teoria neorrealista, acerca da qual

² “A anarquia é o que os estados fazem dela” (Wendt, 1992, p. 395). Tradução e grifo da autora

Wendt construiu muitas críticas. Além das críticas aos racionalistas, o autor traz, também, uma crítica leve aos neoliberais ou, *liberais fracos*, como o mesmo intitula algumas vertentes do neoliberalismo que se aproximam da visão neorrealista.

O autor inicia sua crítica aos neorrealistas e neoliberais quando afirma que os mesmos não dão a devida atenção à construção dos atores internacionais no mundo social (WENDT, 1999). Além disso, a crítica e essas teorias devido ao fato de os neorrealistas não explicarem as mudanças que ocorrem no Sistema Internacional. Os neorrealistas afirmam ainda, diferentemente dos construtivistas, que os processos e instituições mudam seu comportamento, mas não suas identidades e seus reais interesses. Isso ocorre porque, tal teoria defende que os interesses e as identidades estatais são exógenos e, portanto, não podem ser modificados uma vez que não cabe ao Estado, como instituição e ator principal do sistema internacional, a formulação dos mesmos (WENDT, 1992).

As afirmações anteriormente citadas por si só já são fortemente criticadas e desconstruídas pela teoria construtivista, de forma que a ela defende que tais conceitos, como identidades e interesses, e seus reais significados não são dados ou estipulados pelo sistema em si, mas são construídos conforme as relações e interações presentes no sistema. Ainda, Alexander Wendt (1992) afirma que o cerne da teoria trabalhado por ele é entender e explicar como tais práticas são constituídas e aplicadas nas relações e como as mesmas auxiliam na construção dos sujeitos representantes de tais relações.

Wendt é um dos autores estadocentristas do construtivismo. Segundo o autor, ao considerar o Estado como um ator, ou agente internacional é possível conferir ao mesmo características como uma identidade e interesses (WENDT, 1999). Com isso, é possível que o mesmo realize ações autônomas e individuais, mesmo que levando em consideração as interações internacionais e os interesses coletivos. Acerca dessas ações realizadas pelos Estados é necessário analisar os motivos pelos quais as fazem. Devido a essa necessidade, o autor levanta uma discussão sobre os interesses que movem os Estados e separa estes em dois grupos, os interesses objetivos e os interesses subjetivos (WENDT, 1999).

O primeiro grupo de interesses abordam as necessidades focadas na reprodução de uma identidade. Tais interesses são objetivos pois se não forem concretizados, as identidades não sobrevivem. Esse tipo de interesse, para Wendt (1999), é exemplificado pelo interesse nacional que foca nos requisitos de segurança estatal que são a sobrevivência física, a autonomia estatal, o bem-estar econômico e, a autoestima coletiva.

A respeito do segundo grupo, os interesses subjetivos, estes representam as crenças sobre suprir necessidades relacionadas a identidades. Tem foco em como a identidade tem que

ser reproduzida. Acerca das identidades dos agentes internacionais, Wendt (1999) elenca quatro tipos de identidades que os Estados podem assumir. São elas, a identidade pessoal, que é exógena a outros grupos, ou seja, é uma identidade autônoma e única. A identidade compartilhada, que diz respeito a características gerais. O tipo três das identidades é a que se refere ao papel ocupado pelo agente na estrutura social. Finalizando, a identidade coletiva é o último tipo. Tal identidade é uma junção das outras três (WENDT, 1999).

Revisando então, Alexander Wendt teoriza ainda que “interests are beliefs about meeting needs”³ "(WENDT, 1999, p.130). Essas necessidades citadas pelo autor, se dividem em dois tipos, as necessidades de identidade e as necessidades materiais. Ambas se referem aos apelos para a perpetuação de um agente internacional. Quando essas necessidades não são atingidas, ou seja, quando não se tem o suprimento desses apelos estatais, fenômenos como o medo podem interferir nos interesses nacionais e altera-los para um caráter mais agressivo (WENDT, 1999) O autor argumenta que os Estados têm desejos e que estes são constituídos pela cultura presente no Sistema Internacional, ou seja, por ideias compartilhadas.

Além dos desejos estatais serem formados pelo Sistema Internacional, os interesses e as identidades dos mesmos também são (WENDT, 1999). Tais fenômenos não são dados exogeneamente, mas são criados, reforçados e reformulados através das ações sociais em âmbito internacional. Ainda, o autor afirma que os interesses podem ser adquiridos, aprendidos, com a observação e a resposta de outros autores acerca das ações de um. Wendt (1999), analisa a imitação e o aprendizado social visto que esses influenciam nos interesses dos autores.

A análise do autor segundo as imitações de uns Estados para com outros no Sistema Internacional se dá pela afirmação do autor que “Identities and interests are acquired by imitation when actors adopt the self-understandings of those whom they perceive as ‘successful,’ and as such imitation tends to make populations more homogeneous.”⁴ (WENDT, 1999, p. 325). Já, acerca do aprendizado social, Wendt (1999) afirma que o aprendizado, e o conhecimento em si, tem capacidade constitutiva tanto para com as identidades quanto para com os interesses dos agentes internacionais. Acerca das alterações nas identidades estatais, estas não podem ser igualadas às alterações das estruturas. Apesar de ambas serem passíveis de alterações e influenciarem diretamente nas ações estatais, uma, a

³ “interesses são crenças sobre atender às necessidades” "(WENDT, 1999, p.130). Tradução da autora.

⁴ “Identities and interests are acquired by imitation when actors adopt the self-understandings of those whom they perceive as ‘successful,’ and as such imitation tends to make populations more homogeneous.” (WENDT, 1999, p. 325). Tradução da autora.

mudança nas identidades se dá em âmbito, enquanto que as alterações estruturais se dão em nível macro (WENDT, 1999).

Continuando a discussão acerca das estruturas que estão inseridas no Sistema Internacional, Wendt (1999) afirma que tanto as estruturas quanto os agentes são processos e são resultados das interações humanas. O autor ainda explica a estrutura caracterizando-a como um fenômeno social e que tem seus alicerces na distribuição de conhecimento. Acerca deste conhecimento, o autor o divide como podendo ser privado, onde reflete a confiança dos atores uns nos outros, ou compartilhado. Para Wendt, “socially shared knowledge is knowledge that is both common and connected between individuals.”⁵ (WENDT, 1999, P. 141).

Sobre o primeiro, quanto maior as interações entre os agentes internacionais as crenças compartilhadas por eles se solidificam se transformando em uma estrutura de conhecimento. Tal conhecimento é caracterizado como privado uma vez que os atores, entendendo a lógica sistêmica de interações levam a existência dos outros Estados para decidirem e realizarem suas ações (WENDT, 1999). Acerca da cultura, ou do conhecimento compartilhado, ele não é fundamentalmente conflitivo ou cooperativo e, ainda, depende, assim como vários outros fenômenos internacionais, da crença dos agentes em alguma coisa que leve a reprodução das estruturas citadas anteriormente (WENDT, 1999).

Outro ponto importante quando se trata sobre os agentes internacionais e, mais especificamente, sobre os Estados, é a questão da interdependência. O construtivismo, diferentemente do liberalismo, entende que a interdependência existe uma vez que o Sistema Internacional está todo interligado e que as ações e interações pelos agentes interferem diretamente em outros agentes (WENDT, 1999). Além da interdependência estar relacionada com as relações entre os atores e ligar estes cada vez mais, a mesma também é responsável por parte da criação da identidade coletiva uma vez que é limitada pelo medo da exploração. O conceito “fear of exploitation”⁶ Wendt (1999) citado pelo autor em seu livro diz respeito à insegurança que os atores internacionais, os Estados, sentiriam ao aumentar a interdependência no Sistema pois com isso eles ficariam mais vulneráveis. Esse temor surge também da anarquia presente no Sistema Internacional (WENDT, 1999).

Como já explanado, os interesses e as identidades são construídos ao mesmo tempo que também constroem a estrutura social através das interações. Essas interações que sempre

⁵ "O conhecimento compartilhado é um conhecimento que é comum e conectado entre indivíduos" (Wendt, 1999:141). Tradução da autora.

⁶ Medo da exploração. Tradução da autora.

são citadas como base das construções sociais abrangem uma perspectiva muito grande uma vez que a partir dela não são só alcançados os objetivos específicos que foram os motivos principais para que as mesmas existissem, mas elas também reforçam as concepções e as identidades de todos os atores que estão ligados àquela interação (WENDT, 1999).

Quanto as interações, Alexander Wendt (1996) teoriza dois tipos, a interação retórica e a comportamental. Segundo o autor, a interação comportamental afirma que a cooperação quando repetida, encurta os relacionamentos entre os Estados gerando influência sobre as identidades, enquanto que retórica, também gera essas influências, mas por meios diferentes. Os métodos utilizados pela interação prática seriam a ideologia, a persuasão, a educação e a tomada de consciência, por exemplo (WENDT, 1996).

Wendt (1999) ainda traz dois outros conceitos que se entrelaçam aos apresentados até agora e são, assim como os outros, extremamente importantes para a teoria construtivista, para as Relações Internacionais e para o Sistema Internacional, o conceito de estrutura e de anarquia. A estrutura para o autor é um fenômeno social caracterizada por ideias que constituem as ações dos atores. Tais atributos já indicam que agente-estrutura são fenômenos inseparáveis uma vez que se precisam mutuamente para que suas ações sejam realizadas (WENDT, 1999).

A anarquia, conceito aceito por todas as escolas clássicas das Relações Internacionais, é uma estrutura social, além de ser entendida como a ausência de um Estado que controle e comande nos outros como um tipo de governo central. Tal fenômeno não é exógeno e imutável como proposto pelas teorias racionalistas, principalmente pelos realistas e neorrealistas, mas depende da estrutura estabelecida no Sistema Internacional e a mesma, como dito no parágrafo anterior é constituída tanto quanto os agentes internacionais através das relações (WENDT, 1999). Ainda, Wendt (1999) apresenta a lógica hobbesiana de anarquia, a lockeana e a kantiana onde o que se altera são os papéis ocupados pelos agentes no Sistema Internacional e como uns agentes enxergam os outros podendo ser como inimigo, rival ou amigo. Ainda, o conceito de papéis é de grande importância para o autor uma vez que o mesmo deposita grande responsabilidade nesse fenômeno para a modelagem do Sistema Internacional pois os papéis são uma das bases das estruturas presentes no Sistema (WENDT, 1999).

Outro ponto citado pelo autor e reforçado durante suas obras é a questão da autoajuda a qual os neorrealistas acreditam que é dada pela estrutura anárquica do Sistema, mais uma vez, afirmando a exogeneidade dos conceitos (WENDT, 1992). Em contrapartida, é

claramente notável a posição avessa de Wendt acerca das afirmações anteriormente colocadas uma vez que o autor afirma que:

self-help and power politics do not follow either logically or causally from anarchy and that if today we find our selves in a self-help world, this is due to process, not structure. There is no "logic" of anarchy apart from the practices that create and instantiate one structure of identities and interests rather than another; structure has no existence or causal powers apart from process. Self-help and power politics are institutions, not essential features of anarchy. *Anarchy is whatstates make of it.*
⁷(WENDT, 1992, p.394).

Com tal afirmação, a crítica ao exógeno, proposto por neorrealistas e outras teorias racionalistas, se fortalece enquanto que já é possível entender e compreender um pouco mais da teoria construtivista e seu caráter explicativo. Também é notável que a mesma considera as instituições presentes no Sistema, organizações com responsabilidades perante suas próprias formulações, ainda que Wendt dê um valor maior para a ação estatal e construa sua teoria se baseando nisso (BUENO,2009).

O autor traz também em suas obras, além do conceito de autoajuda, pontos como a distribuição de poder e a política de poder competitiva. Este último conceito é de grande importância para o entendimento e formulação da pesquisa em questão uma vez que tal ideia é utilizada pelo autor para explicar grande parte dos conflitos e tensões no Sistema Internacional. A política de poder competitiva, como traz Wendt (1992), se formula a partir de que as ações tomadas no âmbito internacional dependem das interações e dos interesses entre os atores em questão. Uma mesma ação pode ter caráter ofensivo quando envolvendo atores diferentes, ou seja, a política de poder ser competitiva ou não é uma questão subjetiva que depende, em grande parte, do caráter das relações dos Estados. (WENDT, 1992) Ainda, para melhor exemplificar essa questão, o autor, de forma bem didática e explicativa afirma que, “as British missiles have a diferente significance for the United States than do Soviet missiles.”⁸ (WENDT, 1992).

Ainda seguindo a discussão sobre o poder, Wendt (1999), contraria os realistas os neoliberais e os marxistas uma vez que reconhece a importância do poder no Sistema Internacional, mas que não o considera o centro da discussão e das interações e, ainda, o autor

⁷ "Autoajuda e a política de poder não seguem lógica ou causalmente da anarquia, e que se hoje nos encontramos em um mundo de autoajuda, isto se deve ao processo, não à estrutura. Não há uma “lógica” da anarquia à parte das práticas que criam e instanciam uma estrutura de identidades e interesses em detrimento de outras; a estrutura não existe ou tem poderes causais à parte do processo. A autoajuda e a política de poder são instituições, não características essenciais da anarquia. A anarquia é o que os estados fazem dela"(WENDT, 1992, p.394). Tradução da autora.

⁸"Os mísseis britânicos têm um significado diferente para os Estados Unidos do que os mísseis soviéticos" (WENDT, 1992). Tradução da autora

defende que o poder não é dado por forças materiais, mas sim que o mesmo é constituído por ideias e pelos contextos culturais (WENDT, 1999). Esse é outro ponto levantado pelo autor, a questão cultural. A cultura não é um âmbito distinto da sociedade e ela está presente sempre que há o conhecimento compartilhado. Essa cultura se dá no Sistema teórico e no contexto político internacional, através das normas, das instituições, das ideologias, dos costumes das regras e das leis. Também, os conceitos de cultura, assim como o de anarquia como será melhor explanado ao longo do capítulo, é dividido em três, como sendo a cultura Hobbesiana, Lockean e Kantiana (WENDT, 1999). Por fim, a cultura é uma importante fonte para a mudança estrutural uma vez que a mesma atende as necessidades humanas básicas.

Além de investir tempo e pesquisa acerca dos fenômenos da anarquia e da autoajuda no Sistema Internacional, Wendt (1999) também disserta sobre a influência que as ideias tem na formação e na dinâmica da política internacional. Para demonstrar essa importante influência, o autor trabalha em cima do debate entre idealismo e materialismo. Tal debate se pauta na afirmação dos materialistas, por um lado, onde afirmam que os fenômenos mais importantes para se entender a sociedade é a natureza e como as forças materiais se dão, uma vez que os discursos materialistas têm o foco nas relações de poder e nos interesses que sempre se baseiam nas forças materiais (WENDT, 1999). O debate segue sendo analisado tendo como contraponto a visão idealista que, segundo Wendt (1999), afirma a importância da natureza também, mas com foco na estrutura da consciência social. Os idealistas, segundo o autor, também se focam no poder em certo ponto, mas reconhecem que o sentido desse conceito está relacionado, em partes, às ideias.

Apesar do construtivismo e o autor em questão afirmarem a importância das ideias na construção social, eles não negam a relevância, mesmo que menor, que o mundo material e os fatos brutos têm (WENDT, 1999). Ainda, Wendt compreende a importância das forças materiais pois as mesmas tem efeitos relevantes quando estas interagem com os interesses culturais que influenciam nas ações dos agentes e na construção sistêmica (WENDT, 1999). Basicamente, para o autor, a estrutura material e as ideias se complementam, sem as ideias não se pode compreender totalmente os interesses e sem a compreensão dos interesses não se pode atribuir significado aos fatos e forças materiais e, por fim, sem forças materiais não existe o mundo físico tal qual conhecemos (WENDT, 1999). As forças materiais brutas aqui apresentadas são as capacidades militares dos Estados, as tecnologias, a geografia de uma forma geral e, os recursos naturais disponíveis (TOLOSSA, 2004).

Ainda, entra em pauta no próprio construtivismo, a distribuição de poder e o sistema de segurança que dependem não só das vontades estatais, mas que necessitam ter toda uma

estratégia de ação para que o Sistema Internacional se mantenha minimamente equilibrado visto que a questão da segurança é de extrema importância. Nesse âmbito de discussão a teoria traz o ponto que os Estados, quando uma ameaça, representada por um Estado mais forte aparece para subjugar um Estado menor específico, é necessário que os menores se unam, mesmo que não sejam o foco do ataque. Depois de tal união, mesmo que o estado que foi diretamente atacado não sobreviva, não consiga o resultado esperado, ainda assim os outros membros daquela aliança estarão tão fortes quanto a potência e assim um novo equilíbrio no Sistema Internacional é estabelecido (WENDT, 1992).

Outro ponto proposto pelo construtivismo segundo Alexander Wendt e que tem fundamental importância para a discussão é que “Social threats are constructed, not natural”⁹ (WENDT, 1992), ou seja, mais uma vez a teoria reafirma a importância das interações sociais no Sistema e que os reflexos que surgem dessas relações têm impactos muito profundos na manutenção do Sistema uma vez que quando ações são tomadas repetidas vezes se tornam normas e assim que o Sistema Internacional vai se constituindo e se alterando (WENDT, 1992). Apesar de defender a existência de tal alteração sistêmica, não podemos ter a ingenuidade de afirmar que se trata de um processo fácil e rápido, até porque, são vários os motivos e os interesses dos agentes internacionais para a manutenção do mesmo.

Acerca das estruturas que moldam o Sistema Internacional, as mesmas são determinadas pelas interações sociais internas e externas que criam as relações internacionais e permitem as alterações defendidas pela teoria (WENDT, 1999). Acerca desses fenômenos sociais e das estruturas que os constituem e são constituídas por eles, o autor afirma que

Social kinds often are constituted in important part by external, discursive structures. In some instances these structures place social kinds in relationships of conceptual necessity to other social kinds: masters are constituted by their relationship to slaves, professor by students, patrons by clients. In other instances external structures merely designate what social kinds are: “treaty violations” are constituted by a discourse that defines promises, “war” by a discourse that legitimates state violence; “terrorism” by a discourse that delegitimizes non-state violence. In both instances the claim is not that external structures or discourses “cause” social kinds, in the sense of being antecedent conditions for a subsequent effect, but rather that what these kinds are is logically dependent on the specific external structure. (WENDT, 1999, p. 84)¹⁰

⁹ "As ameaças sociais são construídas, não naturais" (WENDT, 1992). Tradução da autora.

¹⁰ "Os tipos sociais geralmente são constituídos em parte importante por estruturas discursivas externas. Em alguns casos, essas estruturas colocam tipos sociais em relacionamentos de necessidade conceitual com outros tipos sociais: os mestres são constituídos por seu relacionamento com escravos, professores por estudantes, patrão por clientes. Em outros casos, estruturas externas apenas designam o que são tipos sociais: “violações de tratados” são constituídas por um discurso que define promessas, “guerra” por um discurso que legitima a violência estatal; “Terrorismo” por um discurso que deslegitima a violência não estatal. Nos dois casos, a alegação não é que estruturas ou discursos externos “causem” tipos sociais, no sentido de serem condições

Ainda, Wendt (1999) pontua que as estruturas, independente que qual sistema elas formem, têm três elementos em sua constituição, sendo eles as condições materiais, os interesses e as ideias. Continuando na discussão acerca das estruturas, é importante citar que, quando uma alteração ocorre na estrutura de uma sociedade, ali também se altera a identidade coletiva. Esse impacto na identidade coletiva também foi construído. Na linha de construções sociais, o autor ainda afirma que agentes e estruturas são processos, surgem das ações dos seres humanos. São processos de interações entre atores que ocorrem no Sistema Internacional. O sistema internacional edifica Estados e isso afeta as identidades e os interesses dos mesmos, e não apenas seus comportamentos (WENDT, 1999). Esta possibilidade de alteração estrutural sistêmica é uma contribuição imensurável do construtivismo de Wendt para o entendimento do final da Guerra Fria, uma vez que não havia outra teoria que conseguiu sistematizar e analisar de uma forma mais geral e responder ao máximo de questionamentos acerca do assunto sem deixar lacunas como as outras teorias.

A importância da teoria construtivista para as Relações Internacionais como academia e como interações entre os agentes numa estrutura internacional é de extrema importância e relevância. A escola e seus teóricos, independente da vertente seguida, do foco da análise e dos pressupostos defendidos, tem muita credibilidade no Sistema Internacional principalmente depois da Guerra Fria e das alterações profundas que o conflito causou na estrutura mundial. Alexander Wendt por ter nascido na Alemanha durante o conflito acompanhou e analisou de perto o desdobramento das fases e mudanças internacionais proveniente das oscilantes interações sociais no âmbito político internacional. Por estar inserido no conflito e, por ter capacidade e interesse em se especializar na área de estudo das Relações Internacionais, Wendt tem uma ótica diferenciada sobre o funcionamento do Sistema e da constituição do mesmo. Assim, no próximo capítulo será abordado como a política internacional, mais especificamente a Guerra Fria, refletiu na teoria construtivista interpretada e arquitetada pelo autor Alexander Wendt.

anteriores para um efeito subsequente, mas sim que esses tipos são logicamente dependentes da estrutura externa específica" (WENDT, 1999, p. 84). Tradução da autora.

3. DA POLÍTICA PRÁTICA À CONSTRUÇÃO TEÓRICA

A política internacional, é um dos principais fenômenos estudado desde as formações estatais como instituições políticas. A política internacional é representada pelas relações internacionais, ou seja, as interações entre os atores que ocorrem em âmbito internacional para a consolidação e manutenção do Sistema Internacional. Como forma de analisar a política internacional, mas, mais especificamente, como forma de entender as interações entre os agentes e prevenir a repetição de conflitos catastróficos foi que o departamento de Relações Internacionais surgiu após a Primeira Guerra Mundial. A Europa, centro mundial na época entendeu a necessidade de se estruturar uma disciplina que tivesse capacidade intelectual para compreender o que o Sistema Internacional é e como ele deveria ser para que os Estados vivessem num equilíbrio mesmo com a ausência de uma governança global, ou seja, com a anarquia (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Independente dos esforços teóricos realizados pela teoria liberal para prever o mundo como ele deveria ser, em 1939, estourou a II Guerra Mundial, um conflito de proporções globais que contou com o envolvimento direto de 72 países, mobilizou 110 milhões de soldados e teve um custo econômico elevadíssimo de, aproximadamente, um trilhão e meio de dólares (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Tal acontecimento marcou o Sistema Internacional e as relações internacionais não só pelo conflito em si, mas para as consequências deste para toda a dinâmica internacional tanto no Sistema quanto na academia.

Na academia, a Segunda Guerra serviu para corroborar a crítica realista à teoria idealista. Meses antes da eclosão do conflito Edward Carr (1939) fez uma crítica à teoria idealista afirmando que a mesma se focava no que deveria ser a atuação estatal e não como o Sistema Internacional realmente se apresentava (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Ainda, o autor afirmou que uma teoria deveria se preocupar com a análise para a sobrevivência estatal e para a manutenção do mesmo, pois, para ele, o que move o Sistema Internacional são os interesses. Neste contexto é possível enxergar como o Sistema Internacional pintado por conflitos, refletia não só na criação das Relações Internacionais, mas também reafirmava o primeiro debate teórico presente na mesma, do qual, o realismo saiu vitorioso (CASTRO, 2012).

As consequências desse conflito no Sistema Internacional desaguaram em um novo conflito, tão devastador quanto. A devastação trazida pela Guerra Fria não foi uma devastação material igual à dos dois conflitos mundiais anteriores, mas se baseou nos jogos de poder e nas ameaças indiretas. O mundo todo foi afetado pelo conflito, mesmo os Estados que não se posicionaram adotando um bloco específico sentiram o impacto pois o conflito se dava por

zonas de influência e pelo combate entre dois sistemas (HALLIDAY, 1999). A Guerra Fria, como já citado e como afirma Halliday (1999), foi um conflito sistêmico onde duas superpotências se enfrentaram pela supremacia mundial, sendo elas a União Soviética e os Estados Unidos. A União Soviética defendendo a ideologia e o modelo comunista enquanto que os EUA defendiam o capitalismo ocidental. Em resumo, o conflito que alterou toda a ordem internacional e a dinâmica do Sistema Internacional, marcando o mesmo pela bipolaridade e tensionamento nas interações, durou pouco mais que quatro décadas, mas influenciou as relações até os dias atuais.

Durante a Guerra Fria, a academia seguiu com seus debates teóricos, passando desde as revisões das teorias bases das RIs representadas no neorealismo e neoliberalismo, até os debates entre os racionalistas, teorias *mainstream* das Relações Internacionais, e os reflexivistas, representados pelos pós-modernistas, pós-estruturalistas, pelas teorias críticas e feministas (MENDES, 2012). Ainda durante o conflito, no final da década de 1980 surgiu a teoria construtivista das relações internacionais (CASTRO, 2012). A teoria em questão é considerada muito importante para a academia uma vez que mudou o “molde” das teorias propostas até então. O construtivismo é uma teoria diferente das tradicionais uma vez que não busca só entender e explicar o Sistema, mas também seus integrantes e as relações que se dão e que constituem o mesmo.

Ainda, a teoria questiona e confronta outras teorias tradicionais no momento em que elas afirmam que são exogeneamente dadas as identidades dos atores, seus interesses no Sistema Internacional e também outros fenômenos como a anarquia do Sistema e as estruturas que sustentam o mundo real (BUENO, 2009). Ainda, a afirmação de que o mundo político, o Sistema Internacional, não é predeterminado e já foi dado pronto para a humanidade é um dos pilares da teoria construtivista, mas isso não quer dizer que a mesma não reconheça o mundo real, o mundo constituído pelos fatos brutos. Ainda, os construtivistas têm total consciência que o mundo social, além de integrar o mundo físico, tem capacidade de alterá-lo (GUZZINI, 2013). Seguindo, a teoria construtivista ainda aborda conceitos e fenômenos como identidades, agentes, anarquia, interesses, poder entre outros que já foram melhor abordados e detalhados anteriormente nesse trabalho.

Continuando acerca da Guerra Fria, o conflito, dentre suas várias variações de acirramento e afastamento das tensões, causou e sofreu várias situações que marcam o Sistema até a contemporaneidade, como foi com a questão da crise do capitalismo na década de 1970. Tal acontecimento foi responsável pela reestruturação mundial capitalista. Foi a partir desta crise que os EUA tiveram que arquitetar uma maneira diferente para se manterem

na superioridade do conflito frente à URSS. A maneira encontrada pelos Estados Unidos para a manutenção do capitalismo funcionando em todo o globo se resumiu em três pilares bases, a flexibilização do modelo capitalista, o que resulta no neoliberalismo em décadas seguintes, o foco maior em inovação e tecnologia que resulta na Revolução Científica-Tecnológica e, por fim, a liberalização externa, a globalização (VISENTINI, 2015).

Apesar de tais medidas serem muito efetivas para a reestruturação do capitalismo, elas tiveram alguns efeitos colaterais que perduram até os dias atuais no Sistema. Entre um dos efeitos causados, esse mais esperado que outros, foi a alteração na Organização Internacional do Trabalho com a inserção da periferia global nesse sistema como mão-de-obra e matéria prima abundantes e a baixos custos e locais com custos baixíssimos para se manterem as indústrias (VISENTINI, 2015). Outro efeito da crise do capitalismo foi o que Visentini (2015) chamou de transição para a pós-modernidade. O autor afirma ainda que essa transição é reflexo de uma onda de conservadorismo que assolou todo o globo durante a década de 1970 e ainda trouxe questões como racismo, xenofobia e o desprezo pelo terceiro mundo como questões mais expressivas e latentes não só no período da crise, mas até a atualidade.

Ainda, Visentini (2015) afirma que a pós-modernidade trouxe para o mundo, como um reflexo do período vivido, um tipo de imediatismo e superficialidade. A pós-modernidade também aflorou o individualismo o que prejudicou ainda mais os movimentos de classe instigados pela URSS. Além disso, tal acontecimento ainda responsável, mesmo que indiretamente, pelo aumento do desemprego, o crescimento do consumo e do tráfico de drogas, da delinquência e da marginalidade.

Na academia, o construtivismo surgido no contexto da pós-modernidade, veio como uma alternativa aos modelos clássicos de análise da realidade como já dito. A teoria é caracterizada nessa pós-modernidade como um caminho alternativo para o progresso (GUZZINI, 2013). Tal teoria é considerada como um meio termo entre as teorias realista e liberal pois, apesar de contrariar alguns pontos defendidos pelas mesmas, também se utiliza de pontos coerentes que as teorias formularam para que, partindo de pressupostos já criados, avance mais na pesquisa do Sistema Internacional mesmo que por uma ótica diferente (MENDES, 2012).

Além de ser considerada um meio termo, a teoria ainda é acatada como um marco nas Relações Internacionais uma vez que alterou a dinâmica teórica conhecida e propagada na academia. A teoria construtivista é uma teoria baseada no diálogo. A mesma defende não só que o mundo social se dá devido à comunicação entre os fenômenos internacionais, mas também defende que para um maior desenvolvimento científico é necessário que as teorias e

os pesquisadores se conversem para que haja um melhor desenvolvimento das teorias, assim, tendo um maior desenvolvimento dos meios de se analisar o Sistema Internacional o que resulta numa melhor análise e explicação (MENDES, 2012).

Tanto acerca das características sobre as quais a teoria foi formulada quanto o surgimento da teoria em si, são efeitos de três fenômenos principais que ocorreram nos anos 1980 e 1990. Em primeiro lugar, é correto afirmar que a disciplina de Relações Internacionais tinha a necessidade de ser revista para que tivesse uma readequação de seus princípios e fundamentos. Em segundo lugar, a partir de o momento em que o Sistema Internacional se altera com o declínio da União Soviética e caminha para o fim da bipolaridade sistêmica e a agenda internacional mude seu foco, se altera também a dinâmica política da época criando assim a necessidade de uma nova teoria que conseguisse explicar as alterações presentes no contexto do momento. Por fim, relacionado com o fator anterior, a incapacidade de as teorias bases das RI, racionalistas, existentes explicarem e preverem o fim da Guerra Fria demonstra a incapacidade de estas analisarem o contexto geral e concluírem com perfeição o que se propuseram a fazer, que é estudar e prever o Sistema Internacional (MENDES, 2012).

Além de uma teoria que conversa com as outras e, devido ao contexto da época marcado pelo declínio da bipolaridade, a teoria foi fundada em bases diversificadas e multidisciplinares, mesmo que tenha grande fundamento em ciências sociais e políticas, o que resulta nas várias vertentes que o construtivismo abarca (CASTRO, 2012). Ainda, vários autores compõe a teoria construtivista e cada um divide as vertentes de acordo com as suas óticas analíticas. Por exemplo, Emmanuel Adler (1999) dividiu o construtivismo em quatro versões, sendo estas a versão de regras, a modernista, a pós-modernista e a de conhecimento narrativo.

Sobre a versão modernista, a mesma defende que não tem razão para que métodos padronizados sejam excluídos, e, Adler (1999), além de se inserir na vertente, cita Barnett, Cederman, Finnemore, Katzenstein e Wendt como participantes também. O grupo guiado por regras se baseia na lei da jurisprudência para demonstrar os impactos das relações internacionais no desempenho e nos modos de raciocínio e, estão inseridos nesse grupo, segundo Adler (1999), Onuf e Kratochwil. Já o grupo do conhecimento narrativo, como a própria denominação diz, tem enfoque no conhecimento narrativo, ou seja, dá atenção especial para movimentos sociais por partes dos agentes, o desenvolvimento, e narrativas com enfoques na questão de gênero e interesses de segurança. Por fim, a versão pós-modernista focaliza na questão da desconstrução da soberania.

Outros autores além de Adler (1999), como Katzenstein, Keohane e Krasner (1998), também dividiram a teoria, mas em apenas três grupos, sendo a versão crítica, a pós-moderna e a convencional e, ainda asseguraram que as delimitações dessas divisões são porosas, portanto, todos os autores construtivistas podem passar entre as versões dependendo de qual obra for analisada. Acerca do grupo dos convencionais os autores afirmam que as análises sociológicas guiam teoricamente e que essas perspectivas complementam ou rivalizam com o racionalismo. Em segundo lugar, a vertente crítica busca, segundo Katzenstein, Keohane e Krasner (1998), analisar e compreender como os agentes e os sistemas/estruturas se co-constituem. Finalizando esta divisão, a vertente pós-moderna tem o intuito de pesquisar e desmascarar as relações de poder unidas na construção do conhecimento.¹¹

Outro autor, e o último que será abordado acerca das divisões das vertentes neste capítulo, é Ruggie (1998). O autor também dividiu a teoria em três vertentes, mas se baseou, em critérios filosóficos para fazer tal divisão. Essas três divisões são, a neoclássica, a naturalista e a pós-moderna. A primeira é abordada por Ruggie (1998) como sendo um indicativo que tal vertente é ligada à tradição clássica. Ainda, o autor se coloca nesta vertente, assim como Kratochwil, Onuf e Emanuel Adler. Sobre a vertente pós-moderna, a mesma teria ligação intelectual direta com Nietzsche e Foucault. Por fim, Ruggie (1998) caracteriza a vertente naturalista como “fundamentada na doutrina filosófica do realismo científico” e inclui nessa vertente Wendt.

Ainda, Bueno (2009) acredita que a divisão do construtivismo nessas várias vertentes se deu logo no início de sua construção, em 1992 com a publicação do artigo “Anarchy is what States make of it: the social construction of powepolitics” por Alexander Wendt. O autor ainda afirma que essa divisão originada por Wendt se divide em duas vertentes, a wendtiana que é formada por Wendt e por John Gerard Ruggie e a vertente construtivista crítica da qual são integrantes Robert Cox, Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil. Devido a essas informações e a outras explanadas no capítulo anterior, é notória a importância de Alexander Wendt para o construtivismo pois, além de dar uma contribuição teórica fundamental para a teoria, foi um dos responsáveis pela propagação do mesmo não só na comunidade acadêmica, mas em todo o Sistema Internacional (TOLOSSA, 2004).

Nessa base, seguindo a proposta inicial da pesquisa, o presente trabalho vai explicar um pouco sobre a teorização de Alexander Wendt. Além disso, vai apontar os reflexos que o sistema político internacional, principalmente no contexto da Guerra Fria, tendo como foco os

¹¹ Apesar de os autores dividirem o construtivismo em três grupos e apresenta-los, os mesmos não categorizam em sua obra os autores construtivistas dentro desses grupos.

anos finais do conflito que coincidem com os anos de surgimento da teoria construtivista nas relações internacionais, e no contexto pós-Guerra Fria, teve na estruturação da teoria. Ou seja, vai apresentar com exemplificações como o Sistema Internacional e as ações políticas dos agentes internacionais afetam a construção teórica na academia.

Então, iniciando a segunda parte desse capítulo, como já dito, Wendt nasceu na Alemanha ocidental e teve parte da sua formação realizada nos Estados Unidos da América. Wendt publicou sua obra mais conhecida e que foi a chave para a divulgação do construtivismo, ao final da Guerra Fria e da dissolução da URSS (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2008). Ainda, Wendt lançou uma das maiores obras do construtivismo, seu livro que se foca no estudo da política internacional e nas interações internacionais.

O autor ainda critica muito a teoria neorrealista que estava em alta no fim da Guerra Fria. A teoria em questão, mesmo que revisada, tem suas bases no realismo que é uma teoria base das Relações Internacionais. A crítica de Wendt aos realistas se dá uma vez que, analisando o Sistema Internacional da época o autor percebe que a questão da segurança e da sobrevivência estatal não é o ponto mais importante para a manutenção do *status quo*. Não é baseado no unilateralismo e na desconfiança que os agentes manterão o equilíbrio no Sistema internacional (WENDT, 1992).

No contexto do final da Guerra Fria as relações entre os Estados não eram mais baseadas em ameaças bélicas, tanto que o conflito terminou devido a várias questões internas, mas foi agravado o quadro crítico da União Soviética devido ao posicionamento e ao tensionamento das relações de outros Estados influentes com a superpotência em crise. Essas relações se alteraram não somente pela questão política, mas também econômica o que pressionou ainda mais a URSS que não soube fazer uma boa administração de seus recursos econômicos (HALLIDAY, 1999).

Essa situação já demonstra que a crítica de Wendt (1992) às afirmações neorrealistas e realistas se corrobora pelos acontecimentos internacionais uma vez que os mesmos demonstraram que os interesses estatais gerais, são alterados conforme a estrutura sistêmica da mesma maneira em que a mesma se altera pelas ações estatais, ou seja, nem estrutura nem interesses são exógenos e imutáveis como afirmam os neorrealistas (WENDT, 1992). Ainda nesse ponto, Wendt se difere dos neorrealistas pois, apesar de ser um autor estadocentrista, ele defende que ao considerar o Estado como um agente internacional, é possível conferir a ele características e certa responsabilidade sobre identidades e interesses (WENDT, 1999).

Outro ponto a ser defendido por Wendt (1992) que segue na crítica aos neorrealistas e se aproxima dos neoliberais é a questão da interdependência. Apesar de o construtivismo se

identificar com alguns dos pontos defendidos pelos liberais e neoliberais, como a interdependência por exemplo, a teoria discorda dos mesmos quanto às aplicações e a dinâmica dessa interdependência estatal. O construtivismo compreende que a interdependência existe pois todo o Sistema está interligado e que as ações e interações entre os agentes internacionais interferem diretamente nas ações, interesses, posicionamentos e identidades de outros agentes internacionais (WENDT, 1999).

Essa interdependência, além de aproximar os atores, é responsável pela criação da identidade coletiva, mesmo que em partes. Tal conceito teórico, a interdependência, pode ser ligado com o sistema político prático no contexto do final da Guerra Fria e do sistema pós-Guerra Fria uma vez que no conflito, blocos políticos foram criados, mas além disso, os Estados contavam com o posicionamento e as ações de outros Estados para que se posicionassem, aplicassem medidas políticas efetivas e/ou fizessem alianças. Ainda, no contexto político pós-Guerra Fria, com a alteração da ordem internacional que resultou diretamente na alteração da dinâmica política do Sistema Internacional os Estados se recuaram ou se expandiram no Sistema Internacional baseados nas projeções uns dos outros e de seus interesses, sendo eles individuais ou coletivos.

Outros conceitos e fenômenos extremamente importantes para a teoria construtivista e que, notoriamente podem ser classificados como reflexos do Sistema Internacional do contexto abordado no presente trabalho são, os interesses e as identidades. Tais fenômenos são construídos da mesma forma e ao mesmo tempo que também constroem a estrutura através das relações sociais (WENDT, 1999). Essas relações e as interações são, para o construtivismo, as bases das construções sociais uma vez que além de serem alcançados os objetivos que foram os motivos para que elas existissem, também reforçam as identidades dos atores que estão na relação.

Tais fenômenos, no sistema político dos anos 1980 e 1990 foram extremamente importantes de serem observados e teorizado a seu respeito, por razões que são relativos a todo o Sistema Internacional. Durante o conflito os interesses e as identidades estatais eram, em certa instância, padronizados pois a ordem internacional repousava sob o conflito bipolar entre duas superpotências e os que não se encontravam sob essas zonas de influência diretas, se encontravam num terceiro grupo, o grupo dos não-alinhados (VISENTINI E PEREIRA, 2012). Ou seja, cada grupo tinha sua lógica, sua identidade e seus interesses. Quando o modelo bipolar de Sistema Internacional ruiu, a dinâmica internacional se alterou e, com isso, os grupos se desfizeram o que resultou numa alteração não só das identidades dos agentes, mas também numa alteração dos interesses destes.

Além disso, Wendt (1999) trata sobre estrutura e anarquia. A estrutura para o autor é representada por ser um fenômeno que se caracteriza através das ideias que constituem as ações dos atores. Ou seja, mais uma vez a questão da co-constituição é abordada uma vez que as afirmações acima acerca da estrutura demonstram que agentes-estrutura são fenômenos inseparáveis e se precisam mutuamente para que suas ações sejam realizadas (WENDT, 1999). Já a anarquia, é aceita por todas as teorias bases de Relações Internacionais. Além disso, o fenômeno é uma estrutura social e é entendida como a ausência de um Estado que controle o Sistema Internacional como um tipo de governança central. Para Wendt (1992), assim como para a teoria construtivista, essa estrutura social não é exógena, como proposto por outras teorias. A anarquia é tão constituída quanto os Estados, os interesses, as estruturas e o mundo social como um todo.

Outro ponto citado pelo autor e reforçado durante suas obras é a questão da autoajuda. Acerca desse fenômeno, os neorrealistas acreditam que é exógena, que a mesma é dada pela estrutura anárquica do Sistema (WENDT, 1992). Mais uma vez contrariando os neorrealistas, Wendt (1992) afirma que a autoajuda não é uma consequência da anarquia e não se dá devido a estrutura, mas sim aos processos presentes no Sistema Internacional. Ainda, o autor afirma que a autoajuda e a política de poder são instituições e não simples características da anarquia.

Ainda, Wendt (1992) trata sobre a distribuição de poder e a política de poder competitiva. A política de poder competitiva é usada para explicar, pelo autor, vários conflitos e tensões no Sistema Internacional. Segundo Wendt (1992) tal política é formulada a partir da dependência que as ações tem dos interesses. Melhor explicando tal conceito, Wendt (1992) afirma que uma ação tem caráter ou não dependendo de quem são os atores envolvidos na interação. Tal fenômeno é percebido desde antes da Guerra Fria, mas se ressaltou no conflito uma vez que as relações eram mais delicadas e os tensionamentos e as interações eram instáveis.

Wendt, em sua obra de 1999, ainda disserta a respeito das ideias e sobre a influência e o papel das mesmas na construção da política internacional. Como forma de melhorar a discussão e fundamentar suas afirmações, Wendt (1999) trabalha sobre o debate entre idealismo e materialismo. O debate tem como pauta a afirmação dos materialistas que afirmam que os fenômenos mais relevantes para o entendimento da sociedade é a natureza e a relação de como as forças materiais se dão tendo como base as relações de poder e os interesses que sempre se baseiam nas forças materiais (WENDT, 1999). O debate segue tendo como contraponto a visão idealista que também reconhece a importância da natureza, mas mantém seu foco na estrutura da consciência social.

Outra questão apresentada que é importante ser esclarecida é a existência do mundo material. O construtivismo como um todo e, especificamente o autor Alexander Wendt, que é o autor o qual busca-se abordar no presente trabalho, acreditam na existência de um mundo material, um mundo físico, mesmo que defendam a construção social e a co-constituição da sociedade e de seus fenômenos (WENDT, 1999). Ou seja, o autor compreende a necessidade que as forças materiais tem no Sistema Internacional, uma vez que, quando estas interagem com os interesses culturais dos agentes influenciam nas ações dos agentes e na construção sistêmica (WENDT, 1999). Basicamente, para o autor, a estrutura material e as ideias se complementam, sem a presença das ideias é impossível a compreensão total dos interesses e sem essa compreensão não se pode atribuir significado aos fatos brutos e as forças materiais e, assim, sem as forças materiais não existe o mundo físico tal qual conhecemos (WENDT, 1999). As forças materiais brutas citadas são as capacidades militares dos Estados, as tecnologias, a geografia de uma forma geral e, os recursos naturais disponíveis (TOLOSSA, 2004).

Além disso, o sistema de segurança e a distribuição de poder também são colocados em pauta pelo autor. Wendt (1992) afirma que ambos fenômenos não dependem apenas dos interesses dos Estados. Tanto o sistema de segurança quanto a distribuição do poder se baseiam numa discussão que afirma que, um Estado mais forte aparece para subjugar um Estado menor, é necessário que os menores se unam, mesmo que não sejam o foco do ataque, como forma de equilibrar as forças e manter o equilíbrio no Sistema Internacional (WENDT, 1992). Esse ponto pode ser analisado no conflito bipolar uma vez que ambas superpotências tinham seus grupos, mas vários Estados menores e considerados insignificantes pela perspectiva política se comparado com as superpotências, o terceiro mundo, se alinharam para tentar, mesmo que de uma forma mínima, estabelecer um certo contraponto no Sistema Internacional, pendendo assim para um certo equilíbrio.

Outro ponto proposto pelo construtivismo, na visão de Alexander Wendt, e que tem fundamental importância para a discussão do capítulo é a afirmação de que as ameaças sociais são criadas e construídas e que não são naturais (WENDT, 1992). Com essa afirmação é possível afirmar que, mais uma vez, são necessárias as interações sociais para que a estrutura sistêmica seja alterada. Na Guerra Fria por exemplo, a mesma não se iniciou nem se findou de forma natural, a mesma, tanto seu início, se deu através da alteração e interação entre os interesses e as identidades estatais que se alteram de acordo com o contexto social do Sistema Internacional, internamente dos países e do conjunto dos interesses dos grupos mais expressivos que estão a frente da governança dos Estados.

Além dessa alteração depender dos fatores citados anteriormente, é necessário e extremamente válido pautar que, quando uma ação é conhecida, legitimada e corriqueira no Sistema Internacional, isso colabora para que a ação siga acontecendo até se tornar uma norma que colabore para a manutenção do Sistema Internacional ou sua alteração (WENDT, 1992). Apesar de defender a existência de tal alteração sistêmica, não podemos ter a ingenuidade de afirmar que se trata de um processo fácil e rápido, até porque, são vários os motivos e os interesses dos agentes internacionais para a manutenção do mesmo.

Outro ponto abordado pelo construtivismo de Wendt e que foi analisado a partir da Guerra Fria, é o conceito de cultura. Como citado anteriormente, o conceito cultura abarca mais que somente ideias compartilhadas. O conceito cultura fala sobre normas, ideologias e regras compartilhadas por uma sociedade. Durante o conflito, ideologias não eram compartilhadas, mas uma crença era e, além disso, devido a insistência nessa crença, a mesma se tornou uma norma na estrutura do Sistema. A crença compartilhada tanto pela União Soviética quanto pelos Estado Unidos era a da inimizade dos dois. Ambos os países reconheciam e insistiam em ocupar papéis de rivais e esses papéis ajudaram a construir e alimentar suas identidades e os interesses defendidos pelos mesmos durante o conflito. Ainda, o autor afirma que a cultura precisa se reproduzir para que a mesma seja considerada cultura (WENDT, 1999).

Mais uma vez é correto afirmar que a Guerra Fria incentivou o surgimento da teoria construtivista uma vez que nenhuma teoria *mainstream* das Relações Internacionais conseguiram explicar o final do conflito uma vez que não tinham os conceitos e as óticas necessárias para que a leitura do conflito fosse feita e as alterações sistêmicas explicadas. Na sua obra de 1992 Wendt, reconhece e afirma que as atitudes tomadas tanto pelos líderes soviéticos para com o ocidente quanto do governo estadunidense para com o bloco adversário era o que alimentava o conflito. As políticas implementadas por ambas superpotências alimentavam a instabilidade e a insegurança no Sistema Internacional o que possibilitava, entre outros fatores, a manutenção do conflito. Ou seja, o sistema criado e desenvolvido pelas ações estatais desde 1945 alimentavam uma competitividade na área da segurança e isso acabou por se transformar em um fato social o que passou a ideia de imutabilidade da situação para todo o Sistema Internacional político e para a academia também.

Enfim, a teoria construtivista demonstra sua relevância para as Relações Internacionais tanto como departamento científico quanto como interações ocorridas em âmbito internacional. A escola e seus autores tem muita credibilidade e respeito no Sistema Internacional principalmente depois que a Guerra Fria terminou e após as alterações

profundas que a mesma causou na estrutura mundial. Alexander Wendt analisou de perto o desdobramento das fases e as alterações internacionais proveniente das oscilatórias interações sociais no âmbito da política internacional. Por esse motivo e, devido ao seu interesse em pesquisar e contribuir com as ciências internacionais e a criação de um mundo mais equilibrado, Wendt tem uma ótica diferenciada sobre o funcionamento do Sistema e da constituição do mesmo. Por fim, o autor ainda afirma em seu livro que as teorias refletem a realidade, ou seja, as teorias são reflexos das conjunturas sociais de determinados períodos e contextos históricos (WENDT, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações exibidas até o presente momento serviram para contextualizar historicamente o trabalho, embasar teoricamente a pesquisa e demonstrar os reflexos que o Sistema Político Internacional, marcado pela Guerra Fria e pelo pós-Guerra Fria, teve na elaboração da teoria construtivista por Alexander Wendt nas Relações Internacionais. Ainda, o presente trabalho pressupôs desde o começo das pesquisas que o Sistema Internacional contextualizado pela Guerra Fria e seu fim, teve profundo impacto na elaboração da teoria construtivista pelo autor Alexander Wendt e que os reflexos deste impacto poderiam ser observados pelos conceitos centrais e básicos da teoria do autor.

A Segunda Guerra Mundial foi o segundo conflito que mais abalou o mundo depois da Primeira Guerra pois teve um o envolvimento direto de 72 países, mobilizou 110 milhões de soldados e teve um custo econômico elevadíssimo de, aproximadamente, um trilhão e meio de dólares. Tal acontecimento se deu em 1939 e perdurou até 1945. No ano que marcava o fim o conflito, 1945, outro começava. As tensões no Sistema Internacional, como já abordado anteriormente no trabalho, se iniciaram com as conferências realizadas pelos países mais influentes do globo para que finalizassem definitivamente a Segunda Guerra Mundial. Os países diretamente envolvidos nesse tensionamento das relações, como já citado, foram os Estados Unidos e a União Soviética. O conflito iniciado logo após a Segunda Guerra Mundial ficou marcado como Guerra Fria pois nunca houve um enfrentamento direto entre as duas superpotências rivais.

A Guerra Fria foi marcada pela divisão do Sistema Internacional em blocos de influência e que defendiam ou a ideologia e o modelo de produção capitalista protegido e acatado pelo ocidente, sendo representado pelos EUA, ou o modelo comunista, representado pela URSS. Tal conflito bipolar alterou toda a lógica internacional desenvolvida até o início do mesmo e reestruturou outra se baseando nos novos interesses e nas novas interações entre os Estados. A Guerra Fria se deu por meios indiretos, por mais que a tensão e as ameaças fossem reais de ambos os lados, o conflito era mais focado em conquistar mais influência no Sistema Internacional que território e espaço físico como os conflitos anteriores. No fim desse conflito surge a teoria construtivista e a teorização sobre os conceitos e fenômenos que se constituem ao mesmo tempo que constituem o Sistema e sobre o caráter construtivo do Sistema Internacional e dos agentes internacionais.

Acerca dos debates teóricos, apesar de os mesmos já terem sido abordados durante todo o trabalho, será feita uma breve revisão de sua constituição. As Relações Internacionais como modalidade acadêmica surgiram ao termino da Primeira Guerra Mundial quando os

Estados sentiram a necessidade de se ter um departamento que estudasse o funcionamento e as interações do Sistema Internacional e também estudasse a guerra para que a mesma pudesse ser evitada e que uma nova catástrofe em proporções mundiais não acontecesse novamente. Nesse contexto é criado na Europa, em 1917, o primeiro departamento de Relações Internacionais coordenado pelo pensamento idealista que se focava em como os Estados deveriam se portar e como o Sistema Internacional deveria ser. Apesar dos esforços realizados pela teoria idealista, as críticas do teórico Edward Carr contra a escola idealista foram corroboradas e fortalecidas pela eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939. Carr é um autor realista que defende, como outros autores que integram a teoria realista, que o Sistema Internacional tem que ser analisado por como ele é e não como deveria ser e que os Estados, visto a anarquia sistêmica, devem buscar sua segurança e sobrevivência em primeiro lugar.

Essa primeira contestação entre diferentes teorias é caracterizada como o primeiro debate teórico das Relações Internacionais e é sucedido por vários outros debates dependendo do contexto histórico que o mundo passa. Os debates nas RI se dão pois, à medida que o Sistema Internacional avança, é necessário que novas teorias sejam elaboradas ou que teorias antigas sejam revistas para que uma leitura mais ampla e correta seja alcançada. É nesse cenário de alteração sistêmica que a teoria construtivista é elaborada. O construtivismo nas RI, surgiu nos anos 1980 com Onuf no contexto de declínio da Guerra Fria e início da alteração da agenda internacional. Apesar de surgir na década de 1980, tal teoria só foi melhor explanada e divulgada em 1992 com a publicação de Alexander Wendt que abordava conceitos como anarquia, autoajuda, cultura, agentes, estruturas entre outros.

A teoria construtivista surge como uma opção as teorias racionalistas. O construtivismo propõe, como muitos autores construtivistas afirmam, ser um meio termo das teorias. A teoria em questão busca agregar as ideias válidas de outras teorias, como o neoliberalismo por exemplo, à sua estrutura base. Além de ser um meio termo, a teoria construtivista também é vista como uma teoria aberta ao diálogo e mais comunicativa que qualquer outra teoria já proposta nas Relações Internacionais. Ainda, o construtivismo é composto por várias vertentes e autores diferentes que, apesar de seguirem a mesma base teórica, assimilam algumas características diferentes e analisam o Sistema por óticas divergentes. Um dos autores construtivistas e que é o foco do trabalho em questão é Alexander Wendt. O autor é nascido na Alemanha ocidental durante a Guerra Fria e durante sua trajetória acadêmica analisou de perto o conflito. O autor tem diversas obras publicadas que são muito importantes para a teoria e para o fortalecimento desta.

Após a explanação sobre o sistema político, sobre os conflitos existentes no SI, sobre o fim da Guerra Fria e o contexto de instabilidade em que o mundo se encontrou no pós-Guerra Fria e sobre a teoria construtivista, seu surgimento e seus autos que foi feita durante todo o trabalho é possível e necessário que se retome o fim último desta pesquisa. Portanto, uma síntese será feita abordando todos os reflexos do Sistema Internacional na teoria construtivista estruturada por Wendt.

O primeiro reflexo a ser percebido é referente aos anos finais da Guerra Fria. Nesse momento as relações entre os agentes internacionais se tensionaram ainda mais, mesmo entre atores que tinham um bom relacionamento comercial e financeiro. Tais tensionamentos nas relações entre a URSS e a Europa principalmente foram cruciais para ditar o próximo passo do conflito uma vez que alteraram a dinâmica e desestruturaram ainda mais a URSS que já estava fragilizada por questões internas. Esse fato corrobora a crítica que Wendt faz aos neorealistas uma vez que os interesses estatais foram alterados pela estrutura sistêmica da mesma forma que a mesma alterou os interesses, ou seja, o fato de os Estados romperem relações com a URSS tanto influenciou na alteração da estrutura que existia como a estrutura que estava proposta instigou que tais medidas fossem tomadas.

Outro conceito abordado na teoria de Wendt e que pode, claramente, ser caracterizado como um reflexo do conflito, é a questão da interdependência. Tal conceito defende que todo o Sistema está interligado e que as ações e interações entre os atores internacionais interferem diretamente nas ações, interesses, posicionamentos e identidades de outros agentes. A ligação da prática a esse conceito teórico está presente em duas afirmações. Uma que durante o conflito Estados se dividiram em blocos de influência. Também, durante todo o conflito, os Estados precisavam se atentar e analisar as ações de outros Estados para que se posicionassem. Ainda, com a alteração da ordem internacional que resultou na alteração da dinâmica política os Estados se recuaram ou se expandiram no Sistema Internacional baseados nas projeções uns dos outros e de seus interesses, sendo eles individuais ou coletivos.

Outros fenômenos importantes para a teoria construtivista e que também podem ser classificados como reflexos do Sistema Internacional são, os interesses e as identidades. Esses fenômenos são construídos ao mesmo tempo que também constroem as estruturas através das interações sociais. Essas interações são as bases das construções sociais pois, além de serem alcançados os objetivos que foram os motivos para que elas existissem, também reforçam as

identidades dos atores que estão na interação. Os interesses e as identidades estatais no sistema político dos anos 1980 e 1990 foram extremamente importantes de serem estudados.

Durante a Guerra Fria, esses fenômenos eram, mesmo que minimamente, padronizados pois a ordem internacional pairava sob o conflito bipolar entre duas superpotências e os Estados que não participavam das zonas de influência diretas, se encontravam num terceiro grupo, o grupo dos não-alinhados. Ou seja, cada grupo tinha sua lógica, sua identidade e seus interesses. Quando o modelo bipolar deixou de existir, a ordem internacional mudou e, com isso, as zonas de influência se desfizeram o que resultou numa alteração das identidades estatais e, também, na alteração dos interesses destes.

Ainda, o autor abordou outros conceitos em sua teoria como o conceito de anarquia e de estrutura que são fenômenos extremamente importantes no Sistema Internacional. A estrutura é um fenômeno que se caracteriza através das ideias que constituem as ações dos atores. Já a anarquia, é uma estrutura social e é entendida como a ausência de uma governança central. Ainda, Wendt não considera essa estrutura como exógena. O autor ainda trata sobre a questão da autoajuda. O autor afirma que tal conceito não é uma consequência da anarquia e não se dá devido a estrutura, mas sim aos processos presentes no Sistema Internacional. Ainda, o autor afirma que a autoajuda e a política de poder são instituições e não simples características da anarquia.

Sobre a política de poder competitiva, a mesma é usada para explicar os vários conflitos e tensões no Sistema Internacional. Wendt afirma que essa política é formada a partir da dependência que as ações estatais tem dos interesses. Wendt afirma ainda que, uma ação tem caráter ou não dependendo de quem são os atores envolvidos na interação. Tal fenômeno é percebido desde antes da Guerra Fria, mas se sobressaiu durante o conflito uma vez que as relações eram mais delicadas e os tensionamentos e as interações eram instáveis.

Ainda, o sistema de segurança e a distribuição de poder são colocados em pauta pelo autor. Wendt defende que tais fenômenos não dependem apenas dos interesses dos agentes internacionais. Tanto o sistema de segurança quanto a distribuição do poder se baseiam na união de forças quando necessário para conter uma ameaça em comum no Sistema Internacional, para conter um Estado que esteja desequilibrando a harmonia que deveria existir no Sistema Internacional. Esse ponto pode ser analisado durante a Guerra Fria uma vez que ambas superpotências tinham suas zonas de influência, mas vários Estados menores e considerados medíocres pela perspectiva política se comparados com as superpotências, o terceiro mundo, se uniram para tentar, mesmo que de uma forma mínima, estabelecer um

certo contraponto no Sistema Internacional, pendendo assim para um certo equilíbrio que não contasse com a interação apenas dos EUA e da URSS.

Outra questão proposta por Alexander Wendt, e que tem importância basilar para a discussão do presente trabalho, é a declaração de que as ameaças sociais são cunhadas e construídas, portanto, não são naturais. Tal afirmação faz perceber que são extremamente necessárias as interações sociais para que a estrutura sistêmica seja alterada. A Guerra Fria por exemplo, o conflito não começou nem terminou de forma natural. Tal Guerra, teve seu início dado através das alterações e interações entre os interesses e as identidades dos agentes internacionais que se alteram de acordo com o contexto social do Sistema Internacional, com o contexto interno dos países e com o conjunto dos interesses dos grupos mais expressivos que estão à frente da governança dos Estados mais expressivos, também.

Além disso, é necessário ressaltar que quando uma ação é legitimada e comum no Sistema Internacional, isso colabora para que a ação se repita e siga acontecendo até se tornar uma norma que colabore para a manutenção do Sistema Internacional. Apesar de defender a existência de tal alteração sistêmica, não se pode ter a ingenuidade de afirmar que este se trata de um processo fácil e rápido, até porque, são vários os motivos e os interesses dos agentes internacionais para a manutenção do mesmo.

Assim, o conceito de cultura é colocado em pauta pois é extremamente plausível a afirmação de que o mesmo pode ser analisado a partir da Guerra Fria. Como citado anteriormente, tal conceito abarca mais que somente ideias compartilhadas por agentes internacionais. O conceito de cultura aborda fenômenos como normas, ideologias e regras compartilhadas por uma sociedade. Durante a Guerra Fria, ideologias não eram compartilhadas, mas uma crença era, e, além disso, devido a insistência nessa crença, esta se tornou uma norma na estrutura do Sistema. Tal crença, compartilhada tanto pela União Soviética quanto pelos Estado Unidos, era a da inimizade entre os dois. Ambas superpotências reconheciam e insistiam em ocupar papéis de rivais e esses papéis ajudaram a construir e alimentar suas identidades e os interesses defendidos pelos mesmos durante todo o conflito.

Por fim, é apropriado afirmar que a Guerra Fria incentivou o surgimento do construtivismo uma vez que nenhuma teoria *mainstream* das Relações Internacionais conseguiram prever e explicar o final do conflito como o construtivismo pode pois os mesmos não tinham os conceitos e as óticas necessárias para que a leitura do fim do conflito fosse feita e as alterações sistêmicas explicadas de uma maneira completa e sistêmica. Wendt afirma ainda que foram as atitudes tomadas tanto pelos chefes soviéticos para com o

ocidente/capitalismo, quanto do governo estadunidense para com o bloco adversário, o comunismo que sustentaram o conflito. Ainda é afirmado pelo autor que as políticas adotadas pelos dois blocos nutriam a instabilidade e a insegurança no Sistema Internacional o que possibilitava a manutenção do conflito e prorrogava a existência do mesmo. Ou seja, o sistema criado e desenvolvido pelas ações estatais que se iniciaram em 1945 sustentava a rivalidade na área da segurança e isso acabou por se transformar em um fato social que passou a imagem de imutabilidade do conflito para todo o Sistema Internacional político e para a academia também.

Assim, após esse breve resumo dos principais pontos e reflexos que podem ser percebidos do Sistema político na teoria, é possível afirmar, também, que a hipótese de que o conflito foi responsável por embasar e fortalecer os conceitos da teoria construtivista de Alexander Wendt é corroborada. Ainda, o autor reafirma essa interação entre o conflito e a teoria e reafirma a influência do mesmo para a teoria construtivista quando afirma que as teorias refletem a realidade, ou seja, as teorias são reflexos das conjunturas sociais de determinados períodos e contextos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 201-246, Aug. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011>.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. 929 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/43-Paz_e_Guerra_entre_as_Nacoes.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BALARDIM, Rafael. **Cuba: a construção do socialismo e sua dimensão internacional (1959-2016)**. 2016. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais., Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas., Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/150490>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BARBOSA, Gabriela. **O Construtivismo e Suas Versões no Estudo das Relações Internacionais**. In: V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-036/340>>. Acesso em: 29 ago. 2019

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A ARTE DA PESQUISA**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 184 p. Disponível em: <<https://csociais.files.wordpress.com/2017/05/wayne-booth-a-arte-da-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

BUENO, Adriana Mesquita Corrêa. Perspectivas Contemporâneas sobre regimes e instituições internacionais: a abordagem construtivista. Rio de Janeiro: International Studies Association (ISA) - ABRI Joint International Meeting; Pontifícia Universidade Católica; Campus Rio de Janeiro (PUC-Rio). 2009. Disponível em: <link>. Acesso em: 30 ago. 2019

CASTRO, Thales. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Brasília: Funag, 2012. 580 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 51, n. 2, p.8-25, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292008000200002>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200002&lang=en>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 5., 2010, Buenos Aires. **O Construtivismo e Suas Versões no Estudo das Relações Internacionais**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010. 18 p. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-036/340.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

COX, Michael. From the cold war to the war on terror. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve (Ed.). **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 3. ed. [s. L.]: Oxford University Press, 2005. Cap. 6. p. 132-155.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, [s.l.], v. 52, n. 4, p.887-917, 1998. Disponível em: <https://home.gwu.edu/~finnemor/articles/1998_norms_io.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

GRIFFITHS, Martin; ROACH, Steven C.; SOLOMON, M. Scott. **Fifty key thinkers in international relations**. 2. ed. Routledge, 2008. 404 p.

GUZZINI, Stefano. UMA RECONSTRUÇÃO DO CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 2, n. 3, p.376-429, jul. 2013. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewFile/3109/1706>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

HACKING, Ian. **The social construction of what?** [s. L.]: Harvard University Press, 1999. 272 p. Disponível em: <<https://larvalsubjects.files.wordpress.com/2011/01/hacking-the-social-construction-of-what2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Intencionais**. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2007. 308 p.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**, [s.l.], v. 40, n. 2, p.307-324, 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52581997000200006>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200006>. Acesso em: 02 set. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Debates metodológicos: abordagens pós-positivistas: Construtivismo. In: JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 341-348.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013. 144 p.

LEHMANN, David Nicolau Vigna. **CULTURAS DA ANARQUIA: ALEXANDER WENDT, CONSTRUTIVISMO E O FINAL DA GUERRA FRIA**. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Puc-rio, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4086@1>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MENDES, Pedro Emanuel. A (re)invenção das relações internacionais na viragem do século: O desafio do construtivismo. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 36, p. 105-118, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992012000400008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 jul. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

RUGGIE, John Gerard. What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. **International Organization**, [s.l.], v. 52, n. 4, p. 855-885, 1998. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1162/002081898550770>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2601360?read-now=1&refreqid=excelsior%3Af3034170b51c22921c0d7fb7fb07e18c&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SARFATI, Gilberto. A Teoria Construtivista das Relações Internacionais. In: SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 259-275.

SHAPIRO, Ian; WENDT, Alexander. The Difference that Realism Makes: Social Science and the Politics of Consent. **Politics & Society**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 197-223, jun. 1992. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0032329292020002004>. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.researchgate.net/profile/Alexander_Wendt3/publication/249674621_The_Difference_that_Realism_Makes_Social_Science_and_the_Politics_of_Consent/links/5783e69508ae37d3af6c1325.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=9324682520446448450&ei=A3O0XMrKG47jmQGGiIfoCg&scsig=AAGBfm26fHUFjEC-OvQkRjROEep7J5XLIQ>. Acesso em: 1 abr. 2019.

TOLOSSA, Natalia Valeria. **A Política Européia de Segurança e Defesa e a Formação da Identidade Coletiva.: O Caso do Reino Unido no governo de Tony Blair.** 2004. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2004. Cap. 2. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5513/5513_3.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Caótico Século XXI.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. 192 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, AnalúciaDanilevicz. **Manual do Candidato: História mundial contemporânea (1776-1991):** Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. 3. ed. Brasília: Funag, 2012. 283 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: O desafio socialista à ordem americana.** Porto Alegre: Leitura Xxi, 2004. 168 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O mundo pós-Guerra Fria: globalização, guerra ao terror e multipolarização.** Porto Alegre: Leitura Xxi, 2005. 192 p.

WENDT, Alexander. Anarchy is whatstates make of it: the social constructionofpowerpolitics. **InternationalOrganization**, [s.l.], v. 46, n. 02, p.391-425, mar. 1992. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300027764>. Disponível em: <http://acme.highpoint.edu/~msetzler/IntlSec/IntlSecReads/Wendt_1992.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. CollectiveIdentityFormationandtheInternationalState. **American Political Science Review**, [s.l.], v. 88, n. 02, p.384-396, jun. 1994. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2944711>. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Alexander_Wendt3/publication/243771961_Collective_Identity_Formation_and_the_International_State/links/56012a7408aec948c4fa9d0c.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2019.

_____. ConstructingInternationalPolitics. **International Security**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.71-81, summer 1995. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2539217>. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2539217?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Social TheoryofInternationalPolitics.** 5. ed. United Kingdom: The Press SyndicateOf The UniversityOf Cambridge, 2003. 450 p. Disponível em: <<http://www.guillaumenicaise.com/wp-content/uploads/2013/10/Wendt-Social-Theory-of-International-Politics.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2019.

_____. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organization**, [s. L.], v. 41, n. 3, p.335-370, summer 1987. Disponível em: <<http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/wendt%201987.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2019.